

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

BIANCA BALBUENO FERREIRA

**TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:
CONTRIBUIÇÕES NA ÁREA INTERDISCIPLINAR**

**SÃO BORJA
2017**

BIANCA BALBUENO FERREIRA

**TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:
CONTRIBUIÇÕES NA ÁREA INTERDISCIPLINAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em (Área do curso).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Barros de Oliveira.

**SÃO BORJA
2017**

BIANCA BALBUENO FERREIRA

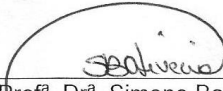
**TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:
CONTRIBUIÇÕES NA ÁREA INTERDISCIPLINAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

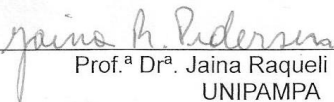
Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 01/12/2017.

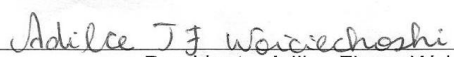
Banca examinadora:



Prof.^a. Dr.^a. Simone Barros de Oliveira
Orientadora
UNIPAMPA



Prof.^a Dr.^a. Jaina Raqueli Pedersen
UNIPAMPA



Presidente. Adilce Flores Woiciechoski
Conselho Municipal de Educação

Dedico este trabalho a meus Pais Cleusa e Genésio a minha irmã Morgana que não mediram esforços para que eu pudesse realizar mais esta conquista, sempre acreditando no meu potencial. Muito Obrigado Amo Vocês.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por estar ao meu lado, me abençoando neste ciclo da minha vida com muita fé nesta caminhada de novos conhecimentos, também agradeço a minha família, meus pais Cleusa e Genésio, e a minha irmã Morgana que não mediram esforços para que eu pudesse realizar mais esta conquista, vocês foram à base de todo o meu esforço para chegar até aqui, pois me ensinaram a nunca desistir, e sempre correr atrás dos meus sonhos. Agradeço muito a minha família, por estar ao meu lado neste momento tão importante, me apoiando em todas as minhas decisões no meu dia-a-dia, acreditando no meu potencial. Enfim obrigada pelo amor, carinho, compreensão e atenção, dedicados a mim todos esses anos que não foram fáceis, mas como já é de costume mais uma vez conseguimos juntos essa conquista porque sem o apoio de vocês não teria chegado até aqui, pois são à base de tudo na minha vida, Amo muito Vocês.

Aos meus colegas de curso que foram essenciais neste processo de formação, pois juntos construímos conhecimento, dividindo nossas experiências cada um com suas particularidades. A minha colega e companheira no processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, Marília, que esteve comigo nesta etapa da graduação e que também foi importante neste processo. Em especial duas pessoas que estiveram comigo ao meu lado ao longo desses quatro anos, minhas eternas amigas que a Unipampa me presenteou Claudia e a Irene, vocês são mais que amigas, se tornaram parte da minha família, agradeço por toda a atenção, carinho, dedicação e cuidado que tiveram comigo, pois sabem que tudo isso é recíproco. Nossa amizade só se fortaleceu ao longo dessa caminhada, agradeço a Deus por ter colocado em minha vida dois anjos abençoados, que não mediram esforços para que a cada nova dificuldade, que estive de cabeça erguida e mais determinada para alcançar o meu sonho, pois estaríamos sempre juntas para enfrentar com foco-força e fé. Obrigada por todos os abraços apertados quando eu pensava que tinha chegado ao meu limite, obrigada pelo apoio de sempre, vocês foram muito importante nesta etapa e jamais esquecerei de cada momento que passamos juntas, Amo vocês Amigas.

Agradeço também a todos os professores do curso que fizeram parte desta formação e contribuíram com esse processo, em especial a Professora Jaina que também foi minha supervisora acadêmico de estágio e que não mediu esforços para

que eu pudesse concluir o estágio I e II, sempre trazendo uma palavra amiga para fortalecer esta etapa de formação. Obrigada pela parceria e paciência, pela flexibilidade e oportunidade de ter realizado um excelente trabalho em equipe.

Agradeço também a minha supervisora de campo no estágio I e II, Josiele Ferreira Gazano, obrigada por toda a atenção dedicada em orientar a prática profissional, és uma profissional dedicada e merece tudo de especial em sua vida. E toda a equipe do CRAS Centro pelo acolhimento neste momento tão importante da graduação, agradeço por todo o aprendizado adquirido com vocês, acrescentou muito para minha vida.

Quero agradecer a minha orientadora Professora Simone, por toda a dedicação neste processo, és uma profissional admirável e exemplar naquilo que faz obrigada por aceitar orientar meu trabalho e por acreditar que eu seria capaz de realiza-lo. Agradeço por sua dedicação, paciência, apoio, por ter caminhado junto comigo, sempre me incentivando e acreditando no meu potencial. Obrigada pelas palavras nos momentos de angustia e ansiedade onde eu me sentia insegura.

Agradeço também aos convidados que aceitaram fazer parte da minha banca de TCC, professora Jaina Raqueli Pedersen e a Presidente do Conselho Municipal de Educação Adilce Flores Woiciechoski há vocês meu muito obrigado por estarem contribuindo com mais uma parte de minha formação.

Por fim, quero agradecer a todos que de alguma forma fizeram parte da minha trajetória na Universidade nestes quase quatro anos, e que contribuíram para minha formação. Obrigada por fazerem tudo isso valer a pena, vocês tem a minha eterna gratidão. Pois são nos pequenos detalhes da vida, que guardamos as melhores lembranças.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social tem como objetivo problematizar o trabalho do Serviço Social frente à necessidade da inserção desta profissão na Educação Básica a fim de trazer contribuições para uma intervenção de forma interdisciplinar, com vistas a contribuir para o fortalecimento da categoria profissional nesse espaço sócio-ocupacional, além de agregar novos saberes com o trabalho interdisciplinar. Esse estudo, realizado à luz da teoria crítica, se desenvolveu a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica tendo como base legislações da política pública de educação e documentos oficiais dos órgãos representativos da categoria profissional. Por meio da análise das informações, ressalta-se a importância do trabalho do Serviço Social na educação básica, em razão da sua capacidade crítica e investigativa de intervir na realidade social. Apresenta discussões de forma reflexiva e propositiva a respeito da construção de estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social na esfera da educação básica brasileira. As conclusões apontam que esta área de inserção do Serviço Social é necessária para reafirmar o papel transformador desta categoria profissional na realidade social, assim como a importância de uma intervenção de forma interdisciplinar no cenário educacional com vistas a possibilitar novas estratégias para legitimar uma educação pública, de qualidade, igualitária e que seja um direito social garantido a todos.

Palavras-Chave: Serviço Social. Política Pública. Educação Básica. Interdisciplinaridade.

RESUMEN

El presente trabajo de Conclusión de Curso en Servicio Social tiene como objetivo problematizar el trabajo del Servicio Social frente a la necesidad de la inserción de esta profesión en la Educación Básica a fin de traer contribuciones para una intervención de forma interdisciplinaria con miras a contribuir al fortalecimiento de la categoría profesional en ese espacio socio-ocupacional, además de agregar nuevos saberes con el trabajo interdisciplinario. Este estudio, realizado a la luz de la teoría crítica, se desarrolló a partir de una investigación documental y bibliográfica teniendo como base legislaciones de la política pública de educación y documentos oficiales de los órganos representativos de la categoría profesional. Por medio del análisis de las informaciones, se resalta la importancia del trabajo del Servicio Social en la educación básica, en razón de su capacidad crítica e investigativa de intervenir en la realidad social. Presenta discusiones de forma reflexiva y propositiva acerca de la construcción de estrategias para el enfrentamiento de las expresiones de la cuestión social en la esfera de la educación básica brasileña. Las conclusiones apuntan que esta área de inserción del Servicio Social es necesaria para reafirmar el papel transformador de esta categoría profesional en la realidad social, así como la importancia de una intervención de forma interdisciplinaria en el escenario educativo con vistas a posibilitar nuevas estrategias para legitimar una educación pública, de calidad, igualitaria y que sea un derecho social garantizado a todos.

Palabras clave: Servicio Social. Política Pública. Educación Básica. Interdisciplinariedad.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Quadro teórico	22
---------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF- Constituição Federal de 1988

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNE- Plano Nacional de Educação

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

STF- Supremo Tribunal Federal

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UCISS- União Católica Internacional de Serviço Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O CAMINHO METODOLÓGICO	15
2.1 Tipo de pesquisa	16
2.2 Análise de dados	23
3 REFERENCIAL TEÓRICO	24
3.1.1 O contexto da educação brasileira a partir da década de 30	24
3.1.2 O Período de 1964-1985 e os impactos na educação brasileira	30
3.1.3 Educação Básica a partir da Constituição Federal de 1988	32
3.2 Serviço Social na Educação Básica	35
3.3 O trabalho do Serviço Social e a relação com a interdisciplinaridade	43
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: INTERLOCUÇÕES NECESSÁRIAS	50
4.1 Manifestações da Questão social na educação básica: Uma análise do contexto da política pública de educação básica	50
4.2 Processo de trabalho do Serviço Social na política pública da educação básica: Contribuições necessárias para a política pública de educação	55
4.3 O trabalho interdisciplinar: Uma mediação necessária para o atendimento à tríade Família, Escola e Comunidade	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de inquietações no decorrer do processo de formação acadêmica, referente à luta da categoria profissional para inserção na política pública de educação básica. Torna-se relevante a elaboração deste estudo, no sentido de possibilitar a compreensão sobre o Trabalho do Serviço Social na Educação Básica, a fim de trazer contribuições para área interdisciplinar.

É importante assinalar que a elaboração deste estudo, está no sentido de subsidiar a apreensão da comunidade em geral sobre a Educação Básica, do mesmo modo a contribuição do trabalho interdisciplinar nesta área educacional, como estratégia de mediação entre profissionais que compreendem a educação como maneira de educar, ensinar e construir processos sociais, fazendo com que haja a realização do processo de conhecimento.

Pode-se destacar também que o referido estudo busca analisar o espaço sócio-ocupacional que é a Educação Básica, fazendo um aprofundamento sobre este novo cenário do exercício Profissional do/a Assistente Social, estando no âmbito da interdisciplinaridade. Busca a partir dessa vinculação, discussões que possibilitem superar conflitos, e diminuir a distância entre os diferentes profissionais. Nesta perspectiva abre-se a possibilidade de dialogar vários eixos norteadores do cotidiano escolar, elucidando-se as contribuições do Serviço Social para o fortalecimento da Gestão Escolar, no viés da democratização da educação.

A inserção do Serviço Social em um espaço sócio-ocupacional, como é caso da Educação Básica, possibilita sua atuação no conjunto de outros profissionais, que lutam diariamente para que a educação seja uma política pública universal. Partindo da realidade apresentada, podemos pensar a escola sob diferentes perspectivas: a escola como espaço de sociabilidade, de transformação social, a escola como espaço de construção do conhecimento, como representações a serem analisadas. Essas concepções nos mostram o quanto é relevante para o espaço educacional, por isso, a necessidade histórica da inserção do trabalho do Serviço Social, nesta área tão havida de demandas.

Nesse contexto atualmente, compreende-se que o Serviço Social tem enorme relevância para contribuir não somente com as situações cotidianas, procedentes das expressões da questão social, mas por meio da mobilização social da comunidade escolar, colaborando no processo de democratização da educação,

com vistas ao fortalecimento da Gestão Escolar, no qual estão incluídos os educadores, alunos, comunidade, família e outros profissionais. No que tange ao Serviço Social para a realidade das escolas vai muito além de avaliações socioeconômicas ou desenvolvimento de Projetos Sociais, ou seja, apesar desta profissão não estar integralmente inserida nesta nova perspectiva de espaço sócio-ocupacional, ressalta-se nessas considerações que este profissional está diretamente vinculado a defesa da educação pública, laica, igualitária e de qualidade, a partir disso, busca-se novas estratégias de ação interdisciplinar, para a garantia de direitos.

Desta forma, o mesmo está estruturado em itens que versam sobre a temática a partir das leituras realizadas para a realização do mesmo e as experiências obtidas no processo de formação. O trabalho de conclusão de curso (TCC) no primeiro capítulo apresenta todo o processo de estudo evidenciando os principais tópicos que transcorrem na pesquisa. No segundo capítulo, foi abordado a metodologia e a importância da mesma no desenvolvimento deste trabalho. Neste item traz o processo metodológico do estudo destacando o tipo de pesquisa, método adotado, amostra da pesquisa, e a forma adotada para a análise dos dados. Em seguida, o quarto capítulo, aborda o referencial teórico deste estudo o qual foi elaborado a partir das categorias teóricas explicativas da realidade. O último capítulo traz o processo de análise do estudo realizado.

Por fim, encerrando os elementos textuais do presente estudo apresenta-se as considerações finais, onde são realizados encaminhamentos e conclusões pautadas na síntese de forma reflexiva com a proposta da pesquisa. Destacando as descobertas, os avanços e as contribuições da profissão no espaço da educação básica, trazendo proposições e os resultados do estudo a cerca da temática apresentada.

2. O CAMINHO METODOLÓGICO

Este capítulo aborda a metodologia do trabalho, evidenciando o percurso realizado ao longo do estudo. O pesquisador ao dedicar-se a um estudo, busca por meio de um processo, a possibilidade de refletir e/ou reconstruir conceitos dados pela sociedade através dos resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa.

Este estudo deseja-se contribuir com a reflexão no que diz respeito ao Trabalho do Serviço Social na Educação Básica e a contribuição na área interdisciplinar neste espaço sócio-ocupacional de atuação. Objetiva-se, portanto, Analisar o trabalho do Serviço Social na Educação Básica, a fim de trazer contribuições para área interdisciplinar. Com base nisso, a pesquisa vem explorar temáticas a cerca do cotidiano da sociedade contemporânea, partindo do pressuposto que no momento em que realiza-se uma pesquisa, adquire-se um conhecimento e , ao mesmo tempo o aperfeiçoamento de determinada metodologia, no decorrer do processo.

A metodologia é o conjunto de métodos e técnicas utilizados para a realização de uma pesquisa. Faz-se necessário, contudo, definir o que é método. O método é compreendido como o caminho teórico que conduz a pesquisa. A escolha por um determinado método de pesquisa indica uma forma de apreensão da realidade a partir da concepção de realidade do próprio pesquisador. Para Gadotti (1983) na escolha do método se revela a visão de homem e de mundo do pesquisador inserido na sociedade.

É a partir de um método que se tem a oportunidade de conhecer um fenômeno, especialmente quando se pretende nele intervir contribuindo para sua transformação. No entanto, não basta o método em si, simplesmente como caminho, é necessário que ele esteja imbricado de intencionalidade, portanto, de fundamentos teóricos que o direcionarão para desvendar a realidade que produz e é produzida pelos fenômenos, ou seja, fundamentos que se pautem em uma direção social definida, ou, dito de outro modo, fundamentos teleologicamente orientado [...] (TÜRCK, 2012, p.47).

Diante disso, o método contribuirá para melhor apreensão da realidade, considerando que esta se encontra em constante mudança, por isso é relevante afirmar que o método contribuirá no desvendamento e no conhecimento das diversas possibilidades da intervenção profissional. Sendo assim, esta pesquisa é um processo reflexivo importante na articulação com a prática Profissional do

Assistente Social, no qual proporciona apreensão da realidade estudada com todas as suas contradições.

Nesta perspectiva, optou-se por uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo. A pesquisa teve como objetivo geral “Problematizar o trabalho do Serviço Social frente a necessidade da inserção na Educação Básica a fim de trazer contribuições para uma intervenção de forma interdisciplinar”. Para tanto, Apresentou os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar o contexto histórico da Educação Básica Brasileira;
2. Identificar quais as contribuições do trabalho do Serviço Social para a Educação Básica;
3. Identificar as contribuições do Serviço Social para interdisciplinaridade na Educação Básica.

Objetivando responder aos objetivos propostos têm-se as questões norteadoras: - Que desafios o contexto histórico da Educação Básica Brasileira apresenta para a inserção do Serviço Social nesta área? - Quais as contribuições do Serviço Social para a Educação Básica? - Quais as contribuições do trabalho do Serviço Social na interdisciplinaridade na Educação Básica? Com base nesses objetivos e questões norteadoras buscou-se aprofundar o debate sobre a realidade da educação básica na relação com o Serviço Social, a partir da inserção da categoria profissional neste espaço sócio-ocupacional segundo as categorias explicativas da realidade que estão presentes no processo de análise do estudo.

2.1 Tipo de pesquisa

Apresenta-se a pesquisa qualitativa como forma de apreensão da realidade social dos sujeitos que a vivenciam no universo da educação pública. A pesquisa qualitativa direciona-se à explicação da realidade a partir dos fenômenos estudados, com base nas causas e consequências.

Desse modo, o estudo foi norteado pela Pesquisa Qualitativa que busca compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos:

[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2007, p. 21).

A Pesquisa Qualitativa releva a totalidade das relações vividas, não podendo ser quantificada, mas sim dialeticamente descobertas. Neste contexto a pesquisa qualitativa é um exercício político que traz os significados do objeto estudado, possibilitando aprender a percepção dos sujeitos sobre a realidade, conhecendo sua expressão social. Além disso, o processo metodológico foi direcionado pela Pesquisa Bibliográfica e pela Pesquisa Documental, em que ambas subsidiaram o presente estudo.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas [...] (GIL, 2002, p.44).

A exploração das fontes bibliográficas se encontra direcionada nos livros, teses, revistas científicas entre outros, possibilitando a construção de um arcabouço teórico, tendo como premissa, o conhecimento e análise do objeto de estudo. Está intrínseco neste processo também a Pesquisa Documental que se assemelha a pesquisa bibliográfica, porém a única diferença está na natureza das fontes.

[...] Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p.45).

A Pesquisa Documental é considerada um método relevante de investigação, pois suas fontes estão diretamente restritas a documentos, escritos ou não, tais como: documentos oficiais, fotografias, relatórios de pesquisa, filmes entre outros. Permitindo a partir dessas fontes subsidiar o processo de investigação, que abarca um número expressivo de documentos.

Desse modo, a presente Pesquisa terá como base para a leitura da realidade, o Método Materialismo Histórico Dialético, o qual possibilita uma análise da realidade a partir do seu próprio movimento, e não visa apenas conhecer e interpretar, mas sim transformá-la. Neste caso, compreende-se que o método possui em seu processo diferentes categorias como totalidade, historicidade, mediação e contradição, mas que as categorias, no processo de análise da realidade, encontram-se dialeticamente interligadas, não podendo, assim, serem fragmentadas ou autonomizadas uma das outras.

Ao utilizar o Método Materialista Histórico Dialético no processo de desenvolvimento e análise da pesquisa, considera-se relevante algumas categorias que são centrais: totalidade, historicidade e contradição, em que estas irão permitir compreender a realidade dentro do todo. Compreendendo que estas são categorias que contribuem na explicação no conjunto de sua totalidade quando articuladas entre si.

A elaboração da Pesquisa, à luz da teoria crítica objetiva extrair ao máximo, a capacidade teórico-metodológica para a realização de um estudo que venha fundamentar a contribuição do Trabalho do Serviço Social na Educação Básica. Diante disso, todo este processo se dará de forma a qualificar os estudos sobre esta temática, possibilitando um estudo reflexivo sobre este espaço de atuação do/a Profissional Assistente Social, permitindo a compreensão da sociedade, sobre o papel deste profissional, de forma há legitimar seu exercício e juntamente reconhecimento desta profissão.

O Método Materialista Histórico Dialético possibilita ao pesquisador a visão de totalidade do objeto estudado, sendo este o método norte para o trabalho do Serviço Social na Educação Básica, rompendo com a visão predominante dos fatores isolados e neutros. É preciso compreendê-lo através das suas relações sociais que são determinadas a partir dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. A realidade social da educação básica nos apresenta determinados fatores que desafiam a inserção desta categoria nesta área profissional a partir da contribuição do trabalho interdisciplinar neste espaço sócio-ocupacional. Além deste ser um profissional com formação em análise crítica em relação à realidade social, o Serviço Social busca a partir dessa análise compreender as particularidades do contexto aonde se encontra atuando. Assim sendo, a categoria totalidade possibilita a compreensão dos fenômenos ao desvendar as interconexões existentes neste objeto de estudo.

Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seus conjuntos) não constituem, ainda, a totalidade (KOSIK, 1976, p. 43-44).

Conforme Kosik (1976), esta categoria vem permitir ao pesquisador e a sociedade a compreensão da realidade vivenciada por todos aqueles que se

encontram interligados neste estudo, entender as particularidade dos fatores, relacionados neste contexto, na relação com os processos políticos, sociais, econômicos e culturais que emolduraram este processo. Proporcionara a esta pesquisa a (re) construção de novos conhecimentos sobre esta temática tão relevante, que permite analisar duas categorias que perpassaram por grandes mudanças ao longo da sua história: a educação básica e o Serviço Social.

Além disso, a segunda categoria abordada irá possibilitar a análise próximo a essência do objeto de estudo, sendo esta a historicidade, que está diretamente relacionada na vida dos sujeitos, que envolvem, além da sua cotidianidade, outros aspectos, que determinam os seus modos e condições de vida dentro de um dado contexto. Esta categoria nunca está isolada, ou seja, conforme Triviños (1987, p.80) afirma que ela “refere-se ao geral”. A historicidade enquanto categoria dialética revela o movimento da constituição histórica criada e recriada pela humanidade marcada pelas lutas sociais e pelo trabalho humano. Pois a realidade humana se cria e se recria na história.

Neste caso é relevante analisar o contexto histórico da educação básica, pois irá possibilitar a compreensão de todo o processo de luta e resistência para tornar a educação com viés público, gratuita, igualitária e universal. Neste sentido, é importante dialogar sobre as mudanças vivenciadas pela educação básica, pois essas constantes transformações, trouxeram um significado real a todo esse processo, que buscou a garantia dos direitos sociais.

Esta visão possibilita também entender o Serviço Social, pois ambos retornam o seu olhar ao passado para reafirmar suas convicções, no que se refere entender os processos históricos de lutas e conquistas em prol da garantia de direitos. Por isso, é fundamental compreender as múltiplas determinações que foram surgindo ao longo do objeto de estudo, pois só dessa maneira haverá apreensão da história como um todo.

A contradição, terceira categoria abordada, caracteriza-se pelo entendimento do objeto estudado a partir de suas contradições. Os elementos contraditórios coexistem em uma realidade estruturada. A exemplo da existência legal do Serviço Social na educação básica em detrimento de sua existência no ensino técnico e ensino superior. É a interdependência dos contrários que constitui sua existência.

É na categoria contradição que se expressam os espaços de resistência dos sujeitos nas situações degradantes que o sistema capitalista impõe, assim como a

possibilidade de superação dos fenômenos que impedem o desenvolvimento social, cultural, político e econômico dos homens. Pressupõe que ao utilizar a categoria contradição neste estudo, busca-se por meio da análise crítica da realidade e dos fenômenos, descobrir elementos que agreguem a superação do que já está posto, buscando assim uma constante procura pela essência do objeto estudado.

[...] não basta explicar as contradições, mas reconhecer que elas possuem um fundamento, um ponto de partida nas próprias coisas; uma base objetiva real; na verdade mostram que a realidade possui não apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos cambiantes e antagônicos. O próprio homem só se desenvolve através das contradições (LEFEBVRE, 1991, p.30).

Neste caso, no que se refere à contradição no âmbito da política pública de educação básica, constitui-se uma busca incessante para que a educação seja um direito de todos conforme previsto na Constituição Federal de 1988, pois ainda percebe-se que nosso sistema educacional além do acesso à escola não ter sido ampliado a ponto de ter se universalizado, ocorre ainda a ¹restrição de investimento.

Neste caso, a luta e a resistência daqueles que acessam este direito é constante para que a educação seja universal, e para que sua garantia seja devidamente efetivada precisa-se criar mecanismos para que esse direito constitucional venha a ser acessado por todos. O Serviço Social se apresenta neste espaço, como forma de enriquecer a relação família, escola e comunidade, visando o caráter protetivo e preventivo das problemáticas sociais, esta profissão é um alicerce na luta por uma educação plena, libertadora e de qualidade para todos aqueles que acessam esse direito deste os alunos ate a comunidade.

Dessa forma, o conjunto das determinações sociais, psicológicas, culturais, históricas e econômicas, intervém e direcionam diretamente o trabalho do Serviço Social na Educação Básica, que a partir das categorias será desvendado como esses fenômenos se apresentam na realidade social. Compreender as particularidades deste espaço sócio-ocupacional irá proporcionar um entendimento mais amplo, sobre aqueles que compõem este núcleo educacional.

¹Restrição de investimento na educação ocorre estando vinculada em uma sociedade de classes como uma política social gerida pelo Estado, em que estes através de seus distintos projetos societários, condiciona o investimento aos meios necessários de acesso a educação.

Neste contexto, que a realidade, a partir da lógica dialética materialista, apresenta-se como múltipla, diversa, contraditória e, por isso, em constante transformação, neste contexto o estudo busca subsídios para analisar o trabalho do Serviço Social na Educação Básica, a fim de trazer contribuições à realidade em que este profissional irá intervir, além de contribuir na área interdisciplinar.

Desta forma, para subsidiar o estudo o mesmo terá como categorias explicativas da realidade com vista a alcançar os objetivos que foram propostos: a questão social, processo de trabalho do Serviço Social e a relevância da tríade família, escola e comunidade. Estas categorias analisadas possibilitam aprofundar os estudos, além de compreender a dinâmica particular desta área e sua importância estratégica no conjunto das transformações sociais.

Neste caso, foi traçado um levantamento bibliográfico e documental acerca da temática em questão, reportando-se a autores e estudos que abordam esta discussão. A Pesquisa Documental traz um conjunto de documentos do Serviço Social referente à sua atuação na política pública de Educação Básica. E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 2017 – no que se refere à equipe interdisciplinar de atuação na política pública de educação. Já a Pesquisa Bibliográfica trará uma amostra de doze referências entre livros e artigos de revistas científicas regulamentadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no que refere à política pública de educação, este material de apoio está evidenciado no quadro teórico na próxima página.

Objetivos Específicos	Documentos	Material de Análise
Analisar o contexto histórico da Educação Básica Brasileira.	-Lei de Regulamentação da profissão;	- AMARO, Sarita. Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional / Sarita Amaro. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
Identificar quais as contribuições do trabalho do Serviço Social para a Educação Básica.	-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996;	- BRASIL. Debate: violência, mediação e convivência na escola . Brasília - DF, Novembro de 2005.
Identificar as contribuições do Serviço Social para interdisciplinaridade na Educação Básica.	-Código de Ética;	- _____ . PNAS/SUAS , 2004.
	-Conselho Federal de Serviço Social GT de Educação: Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação;	- _____ . Serviço Social na Educação – CFESS ;
	-CFESS: Subsídios para a atuação do Serviço Social na política de educação;	- FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. Prática do serviço social: o desafio da construção / Márcia Salete Arruda Faustini. – Porto Alegre: EDIPUCRS,1995.
		- FORTUNATO, Raquel; CONFORTIN, Renata; SILVA, Rochele Tondello da. Artigo: Interdisciplinaridade nas escoas de Educação Básica: da retórica à efetiva ação pedagógica . Revista de Educação do Ideau. Vol.8 – nº17- Janeiro-Junho 2013.
		-GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social . Revista Serviço Social e Sociedade, nº 62, São Paulo: Cortez, 2000.
		- PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social . Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 221-232. jul./dez. 2007.
		-SANTOS, Cláudia Mônica Dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social . In: Revista Conexão Geraes. A Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social. CRESS, Minas Gerais, 2013.
		-SANTOS, Nelma Souza dos. Serviço Social e Educação: Contribuições do Assistente Social na Escola . Vivências. Revista Eletrônica de Extensão da Uri. Vol.8, N.15: p.124-134, Outubro/2012.
		-SILVEIRA, Silvia Regina. O trabalho do assistente social na política pública de educação básica na região metropolitana de Porto Alegre / Silvia Regina Silveira. – Porto Alegre, 2013.

Quadro 1: quadro teórico.

2.2 Análise e tratamento dos dados

Para análise e tratamento dos dados, trabalhou-se com análise de conteúdo, que pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos. Nesta pesquisa a análise de conteúdo compreende o sentido da comunicação para além do aparente. Foi utilizada a Análise de Conteúdo de Gil (1987), que apresenta em seu contexto três fases: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos dados, inferência e interpretação.

A primeira fase, pré-análise, é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. A segunda fase constitui-se por exploração do material consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. A terceira fase compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas, documentos e observação). Nesta fase de análise se dá a interpretação a partir de significados dos dados articulados com a teoria que os fundamenta.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Básica Brasileira: Desafios históricos necessários para a inserção do Serviço Social

A Educação Básica Brasileira no cenário das políticas públicas, não esteve sempre constituída como um direito. Essa conquista legal se materializou a partir da Constituição de 1988 significando uma grande mudança no quadro legal da política educacional brasileira. Pela primeira vez na história, a educação tornou-se efetivamente um direito, designando o Estado à garantia obrigatória, ao acesso à educação de forma universal, desencadeando uma série de transformações na política educacional brasileira. No entanto, para compreendermos a contemporaneidade da educação básica, faz-se necessário voltar nosso olhar para o passado, no intuito de analisar o contexto histórico da educação básica brasileira, e esta análise será realizada a partir da década de 30 do sec. XX.

3.1.1 O contexto da educação brasileira a partir da década de 30

Na década de 1930, período em que ocorreu a Revolução de 1930, a educação básica estava diretamente vinculada às camadas dominantes na estrutura do poder, dispondo o controle da expansão do ensino somente a elite, que era detentora do conhecimento, transformando-o em um sistema de seletividade (seletista).

A contar de 1930, o ensino expandiu-se fortemente, por causa do crescimento sensível da demanda social de educação. O crescimento da demanda foi, por sua vez, o resultado de dois fatores concomitantes: o crescimento demográfico e a intensificação do processo de urbanização.

O primeiro é responsável pelo crescimento da demanda potencial de educação e o segundo, pela evolução dessa demanda, que se torna aos poucos demanda efetiva.

A expansão do ensino, todavia, apesar de grande, foi deficiente, tanto em seu aspecto quantitativo, quanto em seu aspecto estrutural.

Quanto ao aspecto quantitativo, registraram-se três tipos de deficiência:

- a) falta de oferta suficiente de escolas;
- b) baixo rendimento do sistema escolar;
- c) discriminação social acentuada (ROMANELLI, 1986, p.14 e 15).

A educação neste período era tratada de forma excludente para as classes menos favorecidas da população brasileira, provocando cada vez mais desigualdades, não somente no setor educacional, mas também nos âmbitos social, econômico e cultural, pois o processo educativo neste momento estava vinculado

aos interesses do capital, e era disponibilizada à pequena parcela da população, ou seja, a classe dominante com alto poder aquisitivo.

Neste contexto de educação seletista, o Estado fazia sua intervenção com o objetivo de escolher quem deveria acessar este espaço sócio-ocupacional, fazendo com que houvesse uma preparação social aos sujeitos, a fim de torná-los “cidadãos” produtivos e úteis para o capital. É contraditório afirmar que neste momento a educação deveria servir para a ampliação de diversos conhecimentos, mas não para padronizar a população, como se fossem “robôs” ou algo do tipo. Isto nos remete a pensar o quanto é desafiador conseguir ampliar este direito social que é de todos, além de buscar compreender o real significado da educação, que seria o processo de expansão do conhecimento.

Nesta década ocorreu à primeira iniciativa no âmbito educacional, foi à criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados. A ampliação do acesso à educação ocorreu mediante aos interesses do governo, estando este preocupado com a aceleração do processo de industrialização e urbanização, devido à acumulação primitiva de capital e a ampliação crescente do mercado interno, neste contexto elaboram-se as políticas sociais visando responder as demandas do capitalismo, ocorrendo a pauperização das necessidades da população rural.

Conforme ROMANELLI (1986), o cenário de crescimento econômico, percebe-se que a educação era cada vez mais necessária para um número maior de pessoas entre estas se encontra a população rural. Isso porque, até os anos 1930, o Brasil era essencialmente agrário, de modo que a maior parte de sua população vivia no campo, e não percebia a necessidade de escolas no âmbito rural, compreende-se que sempre houve uma ausência de preocupação com a população rural, tornando-os sujeitos excluídos na sociedade brasileira. A partir do governo de Getúlio Vargas e seu projeto de desenvolvimento econômico, pautado na industrialização, é que aumentou a demanda por escolarização no país.

Desde modo, ainda conforme o autor citado anteriormente, foi possível constatar que a partir da mudança que aconteceu no governo de Vargas, proporcionou o processo do êxodo rural, a migração em massa da população do campo para as cidades, sua ocorrência foi a grande responsável pela aceleração do processo de urbanização em curso no país. Tendo como objetivo buscar por melhor qualidade de vida para esta população, sendo este um dos fatores que

impulsionaram a migração, além do aumento da oferta de emprego. Para tanto, foi preciso haver o acréscimo significativo da ampliação da educação, no intuito de formar mão de obra especializada, pois a escolarização neste período era direcionada a somente uma classe. Com base nisso, buscou-se ampliar de maneira a estabelecer o exército de reserva, com o objetivo de aumentar o lucro do capital, mas não atendendo as necessidades da população.

É preciso destacar que o governo neste período não estava preocupado na efetivação do acesso ao direito educacional, mas sim como uma maneira de amenizar as necessidades e desigualdades, e utilizar como massa de manobra a população, direcionando aos interesses das classes de elite e do Estado.

A partir da concepção de ROMANELLI (1986), um marco relevante para educação neste período ocorreu em 1931, em que o próprio governo convidou os educadores a auxiliá-lo na formulação de uma política nacional de educação. Este processo foi redigido por Fernando de Azevedo, intitulado o manifesto “A construção educacional do Brasil: manifesto dos pioneiros da educação nova”, foi assinado por 25 educadores e/ou escritores. A abertura do Manifesto ocorreu em 1932, em que atribuíram suas ideias a necessidade de reorganização da educação, em consonância com a nova realidade do país, destacam-se as seguintes ideias: a integração da educação a todos os grupos sociais, a escola deve adaptar-se às características regionais e a educação deve ser essencialmente pública, obrigatória e gratuita entre outros fatores.

Neste sentido, as diretrizes desse manifesto influenciaram a criação do capítulo da educação na Constituição de 1934, tais ideias propostas constituíram o início da construção de um sistema nacional de educação, que proporcionaram novas atribuições educacionais. A Constituição de 1934 apresentou relevantes fatores históricos no seu processo constitutivo, exemplificando, a inserção eminente da educação, este fator não surgiu do nada, mas sim de um movimento social de escritores e educadores que lutaram em busca de tornar a educação pública, laica, gratuita e direito de todos e dever do Estado.

Além disso, é importante destacar que esse movimento de luta e resistência por uma educação igualitária, possibilitou o aumento da discussão sobre a oferta de educação para todos, e não apenas como privilégio da elite da sociedade. Porém este movimento foi sendo reduzido a meras sugestões, não obteve um processo contínuo do Governo, diante de haver mudanças na nomenclatura do sistema

governamental, perante a instauração da Ditadura do Estado Novo em 1937. Com a inserção de uma nova Constituição, a educação passou a ser compreendida de maneira diferente com caráter autoritário, fazendo surgir um retrocesso do real significado da educação para a sociedade brasileira.

No período de 1937-1945 com o Estado Novo, imposto pelo Presidente Getúlio Vargas, promoveu medidas autoritárias, em que o povo deveria ser tutelado pelas elites condutoras, fazendo com que essa concepção autoritária chegasse ao ensino educacional, transformando a educação em um monopólio do Estado. Neste período também ocorreu o fechamento do Congresso Nacional, a constituição de 1934 foi revogada e em seu lugar impôs-se ao país uma nova constituição. A história brasileira intitulou esse período de Estado Novo. Neste cenário, agregou-se um maior contingente de mão de obra para as novas atividades iniciadas pelo mercado, enfatizando o ensino pré-vocacional e profissional.

A partir do ano de 1942, o Ministro da Educação Gustavo Capanema dá início à publicação de vários decretos de lei. Conforme ROMANELLI (1986): quatro decretos foram editados durante o Estado Novo: a) Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b) Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), c) Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e d) Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial).

Com o cenário de alteração no sistema educacional foram instaurados os decretos de lei para reorganizar o ensino primário e médio. Foi em meio a esse período autoritário que aconteceu uma segunda Reforma do ensino no Brasil, agindo como uma espécie de “estabilizador” das forças mais conservadoras da época. Criaram-se as “Leis Orgânicas do Ensino”, as quais acabaram por ampliar e flexibilizar a reforma educacional ocorrida em 1931.

Após o golpe militar que derrubou Vargas (1945), durante o Governo Provisório presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), foram publicados mais quatro decretos-lei, Conforme ROMANELLI (1986): a) Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário); b) Decreto-lei 8.530, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal); c) Decreto-lei 8.621 e 8.622, em 10 de janeiro de 1946, criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e d) Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

Pode-se afirmar que neste momento ocorreu um retrocesso na luta do movimento de redemocratização da educação, mesmo com a publicação dos decretos, ocorreram reformas que foram impostas de cima para baixo, difundindo uma concepção elitista da educação. Dificultando a ampliação da educação às classes menos favorecidas, havendo uma fragmentação do ensino onde a responsabilidade pela formação estava direcionada a elite, em que estes detinham formação no curso secundário e no superior.

Somente em 1961 houve a promulgação da primeira lei a estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, em todos os seus ramos e níveis, do pré-primário ao superior, foi a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro. Este projeto havia chegado ao Congresso Nacional ainda em 1948, tendo sido discutido durante 13 anos. Neste contexto é relevante compreender o movimento realizado pelos educadores e professores estipulado o Manifesto em 1931, foi o auge inicial na defesa da educação. Outros eventos abalaram o sistema educacional brasileiro. Dentre alguns, podemos citar: debates, reivindicações e lutas no campo político social, contra a ideologia de desenvolvimento então vigente, que colocava a escola como responsável pela formação da mão de obra preparada, visando o “desenvolvimento” do país.

Diante disso, foi elaborado em 1962, pelo Conselho Nacional de Educação, o primeiro Plano Nacional de Educação, que estabelecia objetivos e metas qualitativas e quantitativas para a educação em um período de oito anos. Apesar dos embates, das expectativas positivas e da força dos movimentos progressistas, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 causou prejuízos para educação, especialmente no que se refere à sua ampliação, pois fortaleceu o setor privado e limitou a expansão do ensino público, diante da retirada de autonomia e de recursos da esfera pública para privilegiar a esfera privada, fazendo com que houvesse um total retrocesso nas garantias já conquistadas.

No texto da lei ficou evidenciado que a ordem social vigente e as forças no poder estavam perfeitamente adequadas aos artigos previstos, pois haviam influências que as camadas dominantes exerciam sobre os representantes políticos no legislativo. O “jogo de interesses” sempre esteve presente no processo de democratização de direitos, dificultando a compreensão sobre quais as demandas/necessidades da população. Porém, uma importante conquista foi adquirida com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, os

currículos deixaram de ser rigidamente padronizados, com o estudo das mesmas disciplinas em todas as escolas do país, a partir de então, os estabelecimentos de ensino passaram a ter certa liberdade na organização dos seus currículos.

Antes de adentrar a educação autoritária do pós 1964, necessita-se destacar neste período, a fundamental influencia de Paulo Freire na pedagogia do ensino, pois ele acreditava que a educação era algo libertador, isto se apresenta em importantes obras como *Pedagogia do Oprimido*², *Pedagogia da Autonomia*³, as quais trazem em seus conteúdos importantes problematizações, ao qual venham proporcionar um rompimento com os estilos tradicionais de ensinar. Conforme Freire (1987, p.39) “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Assim, o processo educacional obteve muitos sujeitos envolvidos no movimento de tornar a educação um direito de todos. Através da educação busca-se romper com o viés que somente o educador ensina, pois ambos educando e educador possuem aspectos pertinentes para seu processo de conhecimento, ao qual adquirem com o tempo esta aprendizagem, a partir disso nota-se o quanto é imprescindível à educação na vida desses sujeitos, esta é uma luta que foi travada por Paulo Freire, que a educação fosse libertadora na dimensão social, política e econômica, e que não houvesse limitações ou barreiras para seu acesso. Segundo o CFESS;

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade (CFESS, 2012, p.16).

Considerando a relevância que a educação brasileira possui, o seu papel de transformação deve ser reafirmado, no intuito de que essa compreensão seja resgatada diariamente, como maneira de mobilização da sociedade civil. Portanto,

²Livro de Paulo Freire que contextualiza a respeito do sistema opressor.

³Livro de Paulo Freire aborda a temática sobre o conhecimento a partir da prática educativa.

essa postura crítica e reflexiva pautada pela educação, deve estar vinculada aos espaços de decisão, tendo como base as mudanças sociais que são geradas através da participação social. A educação é a alavanca do progresso, embora muitos não possuíssem esta visão, é preciso trazer a tona os impactos no período da ditadura, como forma de apreensão sobre essa questão particular, vivenciada pelo sistema educacional.

Diante disso, ao adentrar um período ditatorial a educação passa por tensões na política educacional, como repressões e rigorosa imposição de leis frente a sociedade, a partir deste contexto que será explicitado no próximo capítulo, teremos uma análise sobre este momento que foi marcado por inúmeras restrições à sociedade brasileira, em que deu-se o início do sombrio período da Ditadura Militar que amedrontou a sociedade pelo meio da privação de direitos e uso excessivo de violência.

3.1.2. O Período de 1964-1985 e os impactos na educação brasileira

Em 1964, aconteceu o Golpe Militar no Brasil, instaurando um regime autoritário/antidemocrático, o qual se prolongou até 1985. Neste contexto, inicia-se por uma extensa etapa de educação autoritária do período militar em que o tecnicismo educacional prevaleceu. Foram feitas reformas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados alunos, professores e a população em geral entre outros setores da sociedade.

Os ensinamentos em todas as áreas da educação brasileira passaram a ser rigidamente vigiados pelos comandantes das forças armadas. Ocorreu neste período o cerceamento autoritário a possibilidade de participação das camadas populares na formação histórica brasileira, pois entendiam que a partir da educação a população obterá conhecimento, que neste instante perceberia o equívoco na maneira que estava sendo administrado o sistema educacional, neste caso, direcionavam o sentido correto da educação.

Este movimento pretendeu frear os avanços e as conquistas populares que estavam se afirmando no período anterior. Os avanços democráticos também foram contidos na área da educação, fazendo com que escolas fossem invadidas pela polícia e que muitos professores e estudantes fossem presos e / ou exilados.

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos,

habilidades, atitudes, concepções de valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – “capital humano”. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação como “fator econômico” vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (FRIGOTTO, 2010, p. 20).

O tratamento das questões educacionais estava direcionado pelo âmbito economicista que repercutiu nos discursos produtivistas, exigindo resultados, sem, contudo, ocorrer investimentos educacionais que atuassem no âmbito da qualificação da educação desenvolvida, reforçando a afirmação da educação como negócio (mercantilização). O cenário social da época era de total repressão a todos aqueles que não apoiavam as iniciativas do governo, grande parte dessa população contrária eram estudantes ou professores, que protestavam contra o governo federal que progressivamente reduziu os recursos para a área educacional.

Dessa forma, a política educacional militar deve ser vista como uma forma utilizada pelo Regime para assegurar a dominação necessária para o exercício de uma política subordinada e mantenedora do processo de acumulação de capital, tentando, desta forma, afastar os conflitos e tensões existentes que atrapalhavam a obtenção da hegemonia. Desta maneira, ocorreram as reformas - dentre elas a Reforma do Ensino Superior em 1968 e, posteriormente, em 1971 a Reforma do Ensino Primário com o intuito de evitar a participação da sociedade civil evitando possíveis mobilizações de outros setores que não fosse vinculado ao Militar, para modificar a estrutura de ensino até então vigente.

No final da década de 1970 e início dos anos 80, os movimentos sociais e movimento estudantil ganharam força e destaque na tentativa de mudar o quadro hegemônico, em busca do retorno à democracia. Estes movimentos foram utilizados como forma de resistência por grande parte da população, que não concordava com a maneira política do governo no país.

A repressão foi fortemente exercida, pois havia uma preocupação da classe ditatorial de manter o controle político e ideológico, principalmente no ambiente educacional. Percebe-se que a política educacional no período de 1964-1985, nos leva refletir que parte da sociedade brasileira neste período, tem a mesma visão que a “Casa Grande” tinha ao observar a “senzala”, referente à educação, com aspectos

perversos de autoritarismo, repressão e negligência, ao restante da população que reivindicava um direito.

A educação neste contexto permaneceu totalmente parada sem nenhum avanço, os interesses estavam voltados às determinações do capitalismo. No entanto, em 1988 com aprovação da Constituição Federal a educação passou a ser um direito de todos e dever do Estado e da família a sua garantia, a partir de então o movimento de luta e resistência continua sendo exercitado, no intuito de afirmar, garantir e efetivar este direito a toda a população brasileira.

3.1.3 Educação Básica a partir da Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 impõe como princípio que toda e qualquer educação visa, conforme Brasil (2012, pg.117) “art.205: [...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante disso, a educação, é entendida como um espaço onde se transmite e se constrói o conhecimento. Nesse sentido, a Educação se reafirma como direito de todos os cidadãos no texto constitucional.

No que diz respeito aos deveres do Estado para a efetivação do direito a educação, o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, diz que este deve garantir:

- I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, Preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 2012 p.122).

Contudo, importante ressaltar que a Constituição de 1988 marcou grandes conquistas para os movimentos sociais que fizeram-se ouvir, tendo contempladas suas reivindicações. Parece consolidar várias conquistas de direitos e anunciou mecanismos democratizadores e descentralizadores das políticas sociais, os quais ampliam os direitos de cidadania na direção do fortalecimento da responsabilidade social do Estado.

A educação básica é compreendida como o primeiro nível de ensino escolar, e está organizada sob três etapas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (2017, p.16) diz que “Art. 22: A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Situarmos a questão da garantia de direito à educação básica não se limita somente a Constituição Federal, atualmente os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394/96, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ela normatiza e dá a direção sobre as concepções, valores, objetivos, para a educação brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, são normas obrigatórias para a educação básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Já o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014, tem o intuito de fomentar as metas que necessitam ser ampliadas na educação.

As metamorfoses presentes na sociedade contemporânea reafirmam o quanto é essencial ter um profissional qualificado nos espaços sócio-ocupacionais, como a escola, com o propósito de construir novas estratégias coletivas para o encaminhamento das necessidades deste local educacional, além de sua legitimação, trazer reflexões sobre a participação social juntamente com o controle social de forma a garantir a democracia.

Diante desses obstáculos e desafios que foram descritos acima sobre a educação básica, ressalta reafirmar que a luta por uma educação igualitária, de qualidade e gratuita, permanece em nosso cotidiano. Várias medidas foram tomadas e alteradas das mais diversas formas no decorrer da história brasileira. A trajetória da política de educação no Brasil revela uma intensa disputa de classes no tocante à garantia do acesso à educação escolarizada. Nesta perspectiva o trabalho do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional vem a contribuir para qualificação desse espaço. Compreendendo que este trabalho deverá ocorrer na interdisciplinaridade profissional, para tornar a legitimação do direito a educação uma luta em conjunto, na defesa dos direitos sociais.

Pois a educação enquanto Política Pública é um local de luta e resistência na garantia do acesso à educação e a permanência desses alunos na escola. Além de demonstrar em seu contexto histórico que este é um espaço contraditório de lutas de classes, no qual exercem-se poderes diversos que se legitimam historicamente conforme se estabelece a correlação entre as forças presentes na diversidade dos projetos societários, sob o ponto de vista atual ocorreram mudanças nas políticas que nortearam a Política Pública de Educação.

Na década atual, várias políticas, programas e ações foram realizados pelo governo federal, após a aprovação de um PNE sob a ótica gerencial e patrimonial. É oportuno destacar, contudo, que grande parte das políticas educacionais foi reorientada, a partir de 2003, implicando alterações nos marcos regulatórios vigentes para a educação básica e superior. Nesse sentido, o governo federal pautou sua atuação pelo princípio da defesa da educação de qualidade, a partir do binômio inclusão e democratização [...] (DOURADO, 2007, p.928-929).

Observa-se que a gestão da Política Pública de Educação está sempre se moldando conforme suas demandas, pois como apresentado anteriormente este espaço sócio-ocupacional, esteve sempre vinculado aos interesses das classes hegemônicas e também do sistema de produção capitalista, porém não é diferente do atual cenário que estamos vivenciando, de sucateamento do serviço público e das políticas públicas, que estão direcionando um total desmonte aos direitos conquistados. Por isso é fundamental haver os movimentos populares e educacionais que lutam pela defesa de direitos de cidadania, ou seja, o acesso à educação de caráter público.

É nesse sentido que se dá a inserção do Assistente Social no âmbito da educação, historicamente enquanto segmento da classe trabalhadora que move o processo de correlação de forças, na busca de concretização da escola como espaço de formação de indivíduos críticos na construção de novos valores que permitam a recriação de sujeitos individuais e coletivos.

Desta forma, reafirmar a educação, enquanto política pública universalizada e de qualidade, no qual o Serviço Social brasileiro se insere ainda que em determinadas regiões com certa ênfase. Assim a escola, na mediação entre Estado e sociedade civil, é um espaço importante de atuação profissional por ser um aparelho de hegemonia fundamental no processo de organização de uma nova cultura, tendo como base ético-política princípios e valores do pensamento crítico humanista a serem concretizados na vida em sociedade.

Busca-se que o direito a educação seja permanentemente garantindo, mas que não fique só no papel essa efetivação, que ultrapasse as barreiras construídas pelo estado neoliberal, que a população seja um determinante importante para essa luta que é contínua.

3.2 Serviço Social na Educação Básica

O Serviço Social assim como a Educação Básica passou por grandes transformações e conquistas ao longo da sua trajetória. Esta categoria profissional apresentou ao longo de seu contexto sócio-histórico um movimento de luta e resistência, em prol dos direitos. Nesta perspectiva o Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, no intuito de amenizar as tensões que vinham ocorrendo por parte da classe trabalhadora, que estava sofrendo diversas mudanças por parte da revolução industrial.⁴

Neste período o Serviço Social tinha um olhar moralizante diante dos fenômenos sociais, fazendo intervenções com cada sujeito, pois na compreensão do Estado o sujeito era visto como “desajustado socialmente” e necessitava de uma orientação para se adaptar a realidade social, buscando estabelecer a partir desse método a perspectiva funcionalista⁵, que atendia as práticas de ajustamento comportamental dos sujeitos às normas da entidade governamental. Essa questão deixa evidenciado, que o Estado não compreendia que as problemáticas sociais eram decorrentes das contradições do próprio sistema econômico-social que se instaurava (capitalista-industrial), porém analisava que esses “desajustamentos” advinham da incapacidade e incompetência individual das pessoas em se estabelecerem em tal sistema.

O Estado neste momento tinha um viés de análise moralizante, em que culpabilizava os sujeitos pela situação que se encontravam, sem qualquer estudo

⁴ “[...] a Revolução Industrial exigiu a reorganização de toda uma sociedade que conseqüentemente se deparou com um desenvolvimento urbano desordenado. A sociedade de classes era cada vez mais reforçada pelo distanciamento entre os proletários e a camada detentora dos meios de produção, com uma política voltada para questões urbano-comerciais [...]” (LANÇA 2012, p.46).

⁵ De acordo com Mendonça e Pacheco Para Durkheim, “uma sociedade com perspectiva funcionalista seria; Uma sociedade na qual a vida social fosse harmônica, em que reinasse o consenso, ou seja, onde a maioria pensasse e agisse de forma semelhante, levada pelos fatos sociais que são impostos por meio da educação e por outras formas de coerção social. Uma sociedade em que os indivíduos fossem impotentes para mudar o que estava posto, ou seja, uma sociedade estável, pronta, toda organizada, que não permitisse grandes mudanças. A teoria funcionalista interessava, principalmente, à burguesia” (BRASIL, 2006, p. 30-31).

aprofundamento sobre a situação de desigualdades sociais que estes estavam perpassando no seu contexto histórico, social e econômico que se encontravam vivenciando naquele momento, porém, não há a preocupação do Estado em intervir de forma direta diante do cenário social, em que este deveria suprir com as necessidades da população, mas acaba relegando tal responsabilidade a organizações da sociedade civil, principalmente grupos vinculados à Igreja Católica, que começaram a desenvolver ações de apaziguamento e interferência nos problemas sociais de forma benevolente e caritativa.

Diante disso, com este viés de ajustamento direcionado aos sujeitos naquela época, o Estado buscou novos profissionais que viessem a intervir diretamente nos “problemas sociais”. O Serviço Social adentrou neste contexto, com o objetivo de trabalhar na execução de políticas sociais, desse modo, tendo como objeto de trabalho a ⁶ Questão Social. O Assistente Social adentrou para enfrentar as expressões da questão social, como a fome, o desemprego, a violação de direitos, violência entre outras, que foram agravadas com o capitalismo industrial e, conseqüentemente, o avanço da pobreza, que não era compreendida como um fator proveniente das desigualdades existentes na relação capital e trabalho sobre postas neste período.

Contudo, Iamamoto e Carvalho (1996) mencionam que o processo de implantação do Serviço Social não está vinculado somente aos determinantes por parte do Estado, surgindo;

[...] da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois,

⁶ “[...] o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] (IAMAMOTO, 2000, p.27)”.

na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição; (IAMAMOTO e CARVALHO, 1996, p. 129).

O Serviço Social é idealizado para trabalhar com um público, mas responde aos interesses de outro, tornando-se sua prática contraditória, pois não foram às camadas populares que contestaram a existência do Serviço Social, muito menos foram elas que reconheceram e viram a necessidade de seu surgimento. Ao contrário, se instaurou a serviço dos interesses das classes dominantes e hegemônicas no poder para minar potenciais de mobilização do proletariado frente o descontentamento e insatisfações com o modo de organização da vida em sociedade. Sob este aspecto identificamos mais um ponto em comum com a Educação: ambas não surgiram em decorrência de solicitações dos públicos alvo (usuários e alunos), e sim de terceiros. Assim, não foram legitimadas em seu surgimento pela demanda a quem se destinavam.

As questões relevantes levantadas direcionam a reflexão para o entendimento de que tanto a Educação Básica como o Serviço Social se originam meio a contradições de ordem ideológica, política e técnico-operativa. Tais semelhanças e particularidades acompanharão o processo de desenvolvimento das duas áreas ao longo da história, interferindo diretamente no modo como se estruturarão as bases teórico-metodológicas e conseqüentemente a práxis. Nesse contexto, Martinelli refere que a categoria apresentava uma identidade profissional;

[...] a identidade atribuída ao Serviço Social era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital. Tal identidade era, portando especialmente útil para a burguesia, pois além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade. (MARTINELLI, 2006, p. 124).

Os passos iniciais de constituição do Serviço Social demonstram não haver uma identidade profissional, uma vez que se mostram atrelados à burguesia e a doutrina religiosa, estabeleceu que o direcionamento da prática profissional estivesse voltada diretamente aos interesses hegemônicos. Assim reconhecendo que sua intervenção se consolidasse sem intencionalidade, que se expressam de

forma conservadora, obtendo um caráter mediador de conflitos e regulador das relações sociais, conforme o desenrolar do percurso sócio-histórico.

Diante desses aspectos descritos sobre o Serviço Social é oportuno trazer a implantação deste no estado do Rio Grande do Sul no ano de 1944, com objetivo de contextualizar que ambas as características abordadas até o momento fizeram-se presente na gênese desta profissão. Assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul também ocorreu à vinculação do Serviço Social à Igreja Católica, em que por muito tempo esteve voltado aos interesses de lideranças e instituições de inspiração católica.

Como nos outros Estados, aqui se verificava, que as instituições contavam com recursos e o trabalho de voluntários, que recebiam valores estatais, para efetuar esta função, diante de não haver nesta época, uma política estadual de assistência, prevalecendo à ação beneficente do Estado. O marco da fundação do Serviço Social no Rio Grande do Sul está evidenciado conforme Bulla (2008);

A V Semana de Ação Social, ocorrida em Porto Alegre, em 1944, foi um marco importante na implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul. Nesse evento, organizado pelas lideranças intelectuais católicas em que se debatiam “os problemas sociais contemporâneos”, a solidariedade e a justiça social foram temas recorrentes [...] (BULLA, 2008, p.12).

A partir dessa Semana de Ação Social que ocorreu em 1944, possibilitou o diálogo sobre os problemas sociais contemporâneos naquele período, mas o marco deste evento passou a ser a discussão sobre a possibilidade de fundar em Porto Alegre, junto às Faculdades Católicas, então existentes, uma Escola que formasse pessoal para a nova profissão, o Serviço Social, pois já havia outras duas escolas, sendo que surgiu a primeira em São Paulo no ano de 1936 e posteriormente em 1937 no Rio de Janeiro, ambas fruto da influência da Ação Social Católica, neste contexto, Bulla (2008, p.12) diz que “As providências tomadas culminaram com a fundação da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, em 25 de março de 1945, sendo vinculada às Faculdades Católicas.”

Partindo desse momento tão relevante para a categoria profissional no Brasil, possibilitou ter uma apreensão sobre como foi à implantação das escolas de Serviço Social, trazendo alguns pontos marcantes como a orientação filosófica e cristã presentes no Rio Grande do Sul. Além das concepções e ideologias vindas de

Escolas de Serviço Social da Bélgica e da França, orientadas pela União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS).

Abordar a implantação do Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul é algo pertinente e necessário, para compreender que as ações demandatárias da categoria profissional estiveram vinculadas à educação cristã, e que esta trajetória pautada no viés positivista levou tempo para ser modificado, principalmente as ações assistenciais. É importante salientar assim como na educação ocorreram vários movimentos de resistência e de luta por a garantia desse direito, os Assistentes Sociais fizeram este mesmo processo, no intuito de questionar o direcionamento da profissão e introduzir uma visão social sobre o contexto econômico, cultural e político da população.

Neste caso trazer aspecto do Serviço Social no Rio Grande do Sul, contribuirá para análise do trabalho deste no estado e a sua vinculação a Educação Básica. Neste contexto, é importante retornar a análise sobre a conjuntura da educação básica brasileira, a Constituição de 1946 consolida a educação básica como obrigação do Estado. O entendimento é de que um país não pode se desenvolver se possui alto índice de analfabetismo, diante disso, a preocupação, é com o desenvolvimento industrial, com a preparação de mão de obra qualificada.

Nessa perspectiva, a preparação de técnicos especializados para a intervenção no social recebe incentivo do Estado, que passa a absorver ao longo da década de 1940 e 1950, boa parte dos profissionais formados pelas escolas de Serviço Social. Nessa direção de processo de expansão do ensino, diante do modo de produção capitalista, a atuação do Serviço Social junto às instituições estatais, filantrópicas e empresariais, com a ampliação da demanda por profissional qualificado, ocorreu mediada pelas políticas sociais configuradas como forma de regulação social.

Justifica-se neste ponto, mais uma semelhança no cenário de constituição do Serviço Social e da Educação. As ações realizadas junto ao “sujeito” para o Serviço Social e ao “aluno” para a Educação, cada qual em momentos históricos específicos, remetem a intervenções paliativas, com uma visão parcial e individualizada de suas problemáticas, com uma concepção curativa frente a suas questões que devem ser sanadas a qualquer custo, caso contrário, ficam relegados à marginalidade social devido a desvios pessoais por não se adaptarem ao meio, ou seja, à sociedade.

Avançando um pouco na cronologia dos acontecimentos, as décadas de 1960/1970 evidenciaram progressos em relação ao posicionamento do Serviço Social enquanto categoria profissional, expressando proposições dos profissionais críticos frente à necessidade de alterações nas bases de fundamentação teórico-filosóficas, bem como técnico-metodológicas. De acordo com Yamamoto;

O Movimento de Reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo (IAMAMOTO, 2000, p.205).

Foi nesse espaço, mais precisamente em 1965 que ocorreu o Movimento de Reconceituação⁷ do Serviço Social, impulsionado por reflexões, questionamentos e posicionamentos contrários às posturas funcionalistas – positivistas que acompanhavam a profissão. Este movimento marcou história, porque a profissão enquanto classe trabalhadora rompeu com preceitos tradicionais e conservadores, em busca de uma atuação prática e ideológica que contemplassem as transformações da sociedade, sua movimentação e suas contraditoriedades. Neste cenário, há a apropriação da emergente corrente teórico-filosófica marxista, por compreender que a mesma oferecia subsídios para uma análise da realidade em sua totalidade, de forma crítica.

Na década de 1970 a intervenção dos assistentes sociais nas escolas eram requisitadas com o objetivo de atender situações consideradas desvio, defeito ou anormalidade social, voltados ao direcionamento dos sujeitos que se encontravam “desajustados” neste espaço sócio-ocupacional. Amaro (2011, p.19) diz que “A intervenção no espaço educacional seguia a lógica desenvolvimentista voltada à preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital”.

A Educação passa a ser considerada um meio para o desenvolvimento do sistema político e econômico com propósitos que focam o desenvolvimento do país de acordo com as ideologias de mercado. Evidencia-se que não há preocupação com a emancipação humana através do ensino e formação cultural, muito pelo

⁷O marco inicial da Reconceituação foi o “I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço social”, realizado em maio de 1965 em Porto Alegre, com a presença de 415 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina (NETTO, 2005, p.9).

contrário, o que se dispunha era uma educação vigiada e controlada, para um povo vigiado e controlado de acordo com os ideais de quem estava no poder.

O Serviço Social nos anos 80 e 90 foram marcados pelo processo de renovação no Brasil, ocorreu uma forte mudança com o rompimento do conservadorismo que constituía a profissão como também foi considerado como o início das transformações nos campos econômicos, políticos e sociais do país. Com essas mudanças vivenciadas pela profissão, foi necessário alterar o modo de intervenção profissional.

O Serviço Social desta maneira ampliou seu conhecimento com a interlocução crítica com as áreas das ciências sociais, explicitação da dimensão política da ação profissional e começa a construção do acúmulo teórico. A Reconceituação favoreceu o surgimento das bases necessárias, sobre as quais o Serviço Social reuniu condições intelectuais e políticas para protagonizar uma nova relação com as ciências sociais, superando a posição de mero depositário de conhecimentos. Conforme afirma Netto;

A principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: o da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como agente técnico puramente executivo (quase sempre um executor terminal de políticas sociais) [...] (NETTO, 2005, P.12).

O Movimento de Reconceituação foi um processo de resistência da categoria profissional, pois a partir desse procedimento a profissão se reconheceu e fortaleceu a luta pela classe trabalhadora, além de começar a realizar análises críticas da realidade social em um processo investigativo do seu objeto de intervenção, ultrapassando as barreiras do assistencialismo, da benesse, da caridade, em recusa a prática profissional por vocação. Neste contexto histórico o homem passa a ser visto como sujeito da história e não mais objeto.

A Constituição Federal de 1988, conforme já foi referenciado anteriormente, significou para a sociedade brasileira, grandes avanços em relação à organização e definição das Políticas Públicas. Ressalta-se neste período, por meio da LEI 8.662, regulamentada a Profissão do Assistente Social, estabelecendo um Projeto Ético-Político de atuação profissional, que expressa o compromisso com a classe trabalhadora.

A participação do Assistente Social no processo de redemocratização ganha destaque quanto à perspectiva crescente de construção da esfera pública na direção da ampliação do Estado com democratização das relações. São legitimados

instrumentos participativos e princípios universalizantes dos direitos sociais. Consolida-se, assim, a tendência à descentralização e municipalização das políticas sociais. Processo que vai compor novo significado social e que será formatado nos instrumentos profissionais, que materializam o Projeto Ético-Político Profissional.

Deve-se compreender que o Projeto Ético-Político tem que ser retroalimentado todo o dia, pois se isso não o ocorrer se torna algo histórico, entender que este projeto não é palpável, mas se materializa nos três instrumentos Jurídicos-Legais que são: Lei de Regulamentação de 1993, Código de Ética Profissional (1993) e as novas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996 (ABEPSS), que são essenciais para compreendermos como a categoria compõe o projeto profissional e ao mesmo tempo o expressa.

A conjuntura histórica brasileira nos remete a buscar a compreensão dialética dos fatos, reconhecendo que não há trajetória linear frente sua constituição, mas avanços e resistências em conformidade com as relações de disputa e poder presentes na sociedade. Tanto no Serviço Social como na Educação, muito se caminhou ao observamos seus momentos iniciais, no entanto, muito ainda temos que caminhar em consequência da movimentação própria da realidade. Por isso é relevante afirmar o trabalho do Serviço Social na área educacional, proporcionará a compreensão das particularidades de cada sujeito, sua historicidade, suas condições objetivas e subjetivas e sua totalidade, além de qualificar ainda mais a prática interdisciplinar.

Na escola, o papel do assistente social consiste basicamente em apoiar e promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, inerentes à relação entre a escola, sua comunidade e as demandas de seus protagonistas, com vistas à efetivação do projeto da escola cidadã (AMARO, 2011, p.17).

Nesta perspectiva, adentrar a esse novo espaço sócio-ocupacional é desafiador, no intuito de qualificar ainda mais o trabalho realizado nas escolas, proporcionando a este local um espaço de diálogo, de conhecimento, de luta e principalmente de resistência, para a qualificação e ampliação do seu acesso a todos.

Portanto a educação não é uma mercadoria, e sim, um direito social. É na luta pela defesa e garantia desse direito que o Assistente Social tem muito a contribuir. Sua inserção na política pública de educação representa muito mais do que sua

integração a uma equipe multiprofissional. Representa, sim, a inserção de um profissional com a formação para contribuir no enfrentamento das expressões da questão social que dão origem, na maioria das vezes, as diversas demandas sociais que emergem nas instituições de Ensino.

3.3 O trabalho do Serviço Social e a relação com a interdisciplinaridade

O trabalho para o Serviço Social a partir do Projeto Ético-Político da década de 90 é analisado sob o olhar da vertente marxista, que se configura como categoria fundante do homem. Nesta perspectiva, o trabalho é entendido como uma atividade que transforma a natureza e o homem durante o seu processo. Isto é, ao exercer a atividade do trabalho, o homem transforma a si e a natureza, desta forma nem homem nem natureza são os mesmos de antes.

[...] O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza [...] (IAMAMOTO, 2000, p.59).

Com base nisso, ao analisar o trabalho como uma atividade racional do homem, deve-se atualmente perceber as dimensões racional e intelectual, que estão imbricadas nesta categoria tão complexa e ampla que é. Segundo Iamamoto (2000, p.59) “[...] o homem é o único ser que, ao realizar o trabalho, é capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido [...]”, este processo possibilita ao homem a compreensão da sua autodeterminação, enquanto ser social, que se utiliza da racionalidade para conhecer a realidade, este também adquire autonomia de agir, fazer suas escolhas, superar seus limites, são aspectos construídos através do papel ativo desta categoria. Diante disso, possibilitar a apreensão ampliada sobre esta categoria que é tão pertinente para o Serviço Social, pois o trabalho é uma atividade teleológica, já que sua ação é feita com consciência e possui uma finalidade.

Entretanto é preciso entender que o mundo do trabalho encontra-se no modo de produção capitalista, com mudanças significativas, diferentes das questões apresentadas anteriormente. Neste caso, seu direcionamento está voltado ao vislumbramento do lucro, a exploração do homem pelo homem, estabelecendo-se

uma relação coisificada (com relações sociais estranhadas, quando o ser genérico não se reconhece) entre os seres sociais, já que o vínculo social entre os homens se transforma em uma relação social entre as coisas.

A sociedade capitalista passa a analisar de uma nova forma a categoria trabalho, que intervém diretamente na sua origem que está vinculada a satisfazer as necessidades básicas da humanidade, evoluindo para outros tipos de necessidades que estão diretamente pautadas pela classe hegemônica, que agora direcionam o crescimento econômico, que interfere no mundo do trabalho. Diante dessa situação ocorrem processos de precarização do trabalho, a exploração, processo de alienação⁸, competitividade, intensificando a acumulação de capital, e concentração de riqueza nas mãos de poucos são procedimentos que proporcionam mudanças significativas na estrutura do mundo do trabalho.

Desse modo, para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

Diante desse fator de concepção ampliada de trabalho, apontado como uma totalidade dos assalariados, em que neste contexto estão presentes todos aqueles que vendem sua força de trabalho. O Serviço Social está inserido nesta categoria, segundo Guerra (2006);

O Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo. Constitui-se numa profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, intervindo nos âmbitos da produção material e reprodução ideológica da vida social. Como tal, intervém no âmbito da questão social, mais exatamente das formas de tratamento da questão social. A profissão tem uma regulamentação, um projeto ético-político e um projeto de formação profissional, portanto, uma direção social, um perfil determinado de profissional, bem como um conjunto de atribuições e competências sócio-profissionais. O Assistente Social como trabalhador vende sua força de trabalho, a qual possui uma utilidade social e junto com ela vende um

⁸ “[...] o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho. Com base nesse pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio [...] A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (Marx, 2004, p.112)”.

conjunto de procedimentos técnico-interventivos que expressam valores e reforçam projetos de sociedade (GUERRA, 2006, p. 03).

Neste contexto, deve-se analisar o serviço social como profissão inserida no mercado de trabalho, e o assistente social deve ser entendido como profissional assalariado, que vende sua força de trabalho a uma instituição, podendo ser esta privada ou pública, através de um vínculo empregatício. O Serviço Social enquanto profissão liberal possui na sua intervenção profissional uma autonomia relativa, limitada pelas instituições empregadoras, que direciona seu trabalho, e compram sua força de trabalho em troca de um salário, são detentoras dos meios e instrumentos necessários para a realização de sua prática.

Segundo Iamamoto (2000) a prática profissional do assistente social encontra-se inserida na especialização do trabalho. Estando o serviço social inserido em uma das especializações do trabalho, significa que o profissional trabalha sobre um objeto. Iamamoto (2000, p. 59; grifos da autora) afirma que “Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente”.

Neste sentido, percebe-se que o Serviço Social como profissão se configura e (re) configura no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto das transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, que vem instituindo limites e possibilidades ao exercício profissional, condicionados pelo sistema capitalista.

Nesse sentido a intervenção profissional do Serviço Social poderá adentrar diferentes espaços sócio-ocupacional para intervir, estando vinculada a categoria trabalho, que tem como base fundante de atuação as relações sociais provenientes das expressões da questão social imposta pelas desigualdades sociais do sistema capitalista de produção.

É importante salientar que a escola é o espaço sócio-ocupacional que o Serviço Social vem buscando inserir-se, mesmo havendo um número reduzido de profissionais Assistentes Sociais em atuação, é importante ressaltar o trabalho profissional nesta área. Este local é uma porta de entrada para formação social de cada sujeito, além de ser o alicerce para a construção e reconstrução do conhecimento.

A contribuição do assistente social na educação consiste em identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos relacionados ao campo educacional, tais como: evasão escolar, baixo

rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, etc. Estas atitudes constituem questões de expressiva complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos dentre outros) com a ajuda da família, da sociedade civil e dirigentes governamentais, possibilitando uma ação efetiva objetivando o cumprimento da missão da educação de oferecer qualidade de ensino para a formação de cidadania (LOPES et al, 2007,p.4).

Desde modo, o Profissional Assistente Social busca adentrar um novo espaço sócio-ocupacional. Busca possibilitar a criação de novas estratégias de trabalho que venham a contribuir na consolidação da garantia de direitos, porém como sabemos nesses locais os limites e possibilidades que direcionam o exercício profissional. Por isso é importante à compreensão do papel do Serviço Social na educação básica, pois assim como qualquer outra categoria profissional a atribuições e competências que direcionam sua prática. Dessa forma;

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) (CFESS, 2012, p.25).

Ambos os documentos que orientam a prática do Profissional Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais, não podem ser analisados de maneira a possuir um caráter internalizado, além de serem analisados de forma isolada, deve haver uma compreensão da dimensão histórica que os fundamentam, mas não tomando pra si e tornando este um padrão a ser seguido, porém o profissional deve trabalhar, com objetivo de possuir uma base documental que venha proporcionar uma análise ampliada da realidade, pois esta é dialética e se encontra em constantes mudanças.

Pois a intervenção do assistente social na área da educação, como em qualquer outro local o foco de atendimento é a população usuária desta política pública. Nessa perspectiva de articulação a educação permanente da categoria profissional é algo de suma importância, tendo em seu contexto o apoio especializado, o acompanhamento e o monitoramento estes são processos desenvolvidos nas intervenções, que possibilitam uma maior apreensão.

Assim sendo a escolha de tais instrumentais não se dá apenas no sentido de atender as demandas dos alunos, por trás destas escolhas estão embutidos os interesses da profissão, do profissional e da própria instituição, não sendo, portanto, um processo de escolha neutra. Ao se cercar por tais instrumentos o assistente

social leva em considerações suas condições objetivas de trabalho, a sua finalidade profissional e de sua ação bem como o da instituição, levando em consideração seu Projeto Ético-Político.

Pois o Projeto Ético-Político tem que ser retroalimentado todo o dia, pois se isso não ocorrer se torna algo histórico, entender que este projeto não é palpável, mas se materializa nos três instrumentos Jurídicos-Legais que são: Lei de Regulamentação, Código de Ética Profissional, Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que são essenciais para compreendermos como a categoria compõe o projeto profissional e ao mesmo tempo o expressa.

O Assistente Social deve agir de forma crítica, política e proativa, observando os limites e as possibilidades de sua práxis transformadora dentro das instituições, compete-lhe esclarecer e informar aos alunos sobre seus direitos, mas mantendo uma apreensão instrumentalizada dos processos sociais, observando a perspectiva de totalidade e promovendo a justiça social.

Cabe ao Assistente Social buscar sempre agir politicamente no intuito de conquistar espaços para participação e controle social-democrático em prol da conquista de direitos, visando romper com a ideia do profissional conservador meramente executivo. É fundamental que adote uma práxis propositiva, crítica e transformadora da realidade, concretizada mediante a denúncia constante das desigualdades, buscando assegurar direitos e ampliar espaços de participação social assim como na escola.

Compreendendo que o objeto de trabalho do Profissional Assistente Social conforme dialogado anteriormente é a Questão Social e suas múltiplas expressões, porém devemos deixar explícito que não é algo exclusivo e particular desta categoria profissional, apreender que ela está vinculada especificamente ao Serviço Social, mas outros profissionais podem estar utilizando este mesmo objeto para direcionar sua atuação profissional.

É primordial ressaltar que a intervenção do Serviço Social na esfera da escola tem papel fundamental de adensar condições de formação desenvolvendo a capacidade de processar informações e lidar com os estímulos do ambiente, organizando os dados disponíveis da experiência, admitindo-se o princípio da aprendizagem significativa, envolvendo a formação de qualidades humanas, físicas,

intelectuais e culturais, tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais.

Nesse sentido a aproximação do Serviço Social com a política social de educação se fortalece na reflexão atual da natureza política e profissional desenvolvida no interior da categoria, tendo presente o compromisso da profissão com as estratégias e lutas em torno da conquista da cidadania, da defesa dos direitos e da consolidação das políticas sociais.

Diante desses aspectos abordados anteriormente ressalta-se a contribuição do trabalho interdisciplinar na educação básica, no qual se encontram vinculados diversos profissionais que possuem especializações em diferentes áreas. Sendo este um fator determinante para o trabalho do Serviço Social, nesta área educacional, em que este venha a contribuir a partir do exercício das competências profissionais (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), em que estas dimensões possibilitam a profissão ter a capacidade de rever seus objetivos.

Evidencia-se que o conhecimento não é algo restrito a somente uma categoria profissional, mas que cada profissão tem a sua especificidade, desta forma, este saber não é neutro, ele se encontra em constante transformação a um novo entendimento. Por isso precisa haver uma interdisciplinaridade na educação básica, que venha a contribuir com este processo de conhecimento, trazendo para o debate uma nova estratégia para ser inserida nas escolas, pois a interdisciplinaridade é contextualizada pelo seguinte conceito;

O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos (BRASIL, 2000, p.75).

A relevância da interdisciplinaridade na Educação Básica para o Serviço Social refere-se à superação do distanciamento dos conhecimentos atribuídos a somente uma profissão e destes com a realidade, procura adensar ainda mais o referencial teórico de cada profissional que esteja inserido neste espaço sócio-ocupacional, buscando-se assegurar a complementaridade e o enriquecimento da troca de conhecimento, tendo como base a construção de um leque de possibilidades, compreendendo a particularidade de cada profissional, ultrapassando o pensar fragmentado.

A interdisciplinaridade integrada à prática docente o desenvolvimento de competências e habilidades, promovendo assim, um maior envolvimento dos alunos, a mobilização da comunidade escolar, todos em torno de objetivos educacionais mais amplos, que colaboram em muito do processo ensino aprendizagem (ESPINDOLA, 2013 p.15).

Portanto, a interdisciplinaridade na Educação Básica vem possibilitar uma reorganização na tomada de decisão, em face de tornar a aquisição do conhecimento um fator determinante por todos aqueles que estão inseridos no processo educativo, professores, alunos, pedagogos, diretores e própria família e comunidade escolar, que vem reconhecer que os problemas com os quais nos defrontamos são parte da complexidade que a sociedade contemporânea se encontra.

A adoção da prática interdisciplinar vem com o propósito de estabelecer uma condição básica para uma formação flexível e adequada para o exercício profissional, articulando a teoria e a prática, superando a distância de uns conhecimentos com outros e destes com a realidade. É essencial trazer esse dialogo para aqueles que integram a escola, pois na maioria das vezes o aprendizado fica delimitado a determinada área do conhecimento, fazendo com que surja a hierarquização do saber, a fragmentação da prática na escola e ausência da participação.

Neste caso, o trabalho do Serviço Social na Educação Básica vem contribuir para que seja efetivada a interdisciplinaridade nas escolas, com objetivo de proporcionar uma troca de conceitos, teorias e métodos, saindo do viés bancário que a educação está atrelada, demonstrando que não somente o professor seja interdisciplinar, mas sim a instituição assuma esse novo paradigma. E que, assim a ampliação e o acesso à educação, sejam garantidos com novos métodos, buscando ampliar o horizonte do processo de ensinar e aprender.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS: Interloquções Necessárias

Este capítulo versa sobre a análise dos resultados da pesquisa a partir das categorias explicativas da realidade na relação com as categorias teóricas do método dialético crítico. Nesta perspectiva a Questão Social apresenta-se como uma das principais categorias de análise correlacionada com a realidade social do trabalho do Serviço Social e suas contribuições de forma interdisciplinar a partir da tríade: Família, Escola e Comunidade.

4.1 Questão social e educação básica: Uma análise do contexto da política pública de educação

A política pública de educação como direito social, garantido por lutas históricas, tem sua materialização, na Constituição Federal de 1988. Sendo assim, a educação como se observa no decorrer do estudo passou e permanece passando por mudanças, mas a principal alteração ocorreu através dos movimentos sociais, que determinados por meio de manifestações sociais públicas, conseguiram a relevante conquista para que a educação passasse a ser um direito.

O Serviço Social tem nas múltiplas manifestações da questão social (como anteriormente explicitada), seu objeto de trabalho na educação básica e base fundante da profissão, sabe-se que a questão social na sua gênese produz desigualdade e também resistência, sendo este cenário a envolver os sujeitos da política pública de educação. A questão social representa ao profissional Assistente Social inserido na educação básica, respostas às demandas e lutas sociais, que se configuram neste ambiente educacional. A presença deste profissional na política educacional remete à reflexão acerca da relevância do entendimento da educação como um processo social, que engloba diversas relações, em que estas direcionariam o processo interventivo, no intuito de reafirmar a educação básica como um direito constitucional de todos.

A educação básica é uma política pública de caráter universal e consiste na garantia do acesso e permanência de todos à escola, conforme está previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Porém a ampliação deste acesso não está sendo assegurado a todos, estabelecendo a partir disso uma contradição, diante do que está previsto nos documentos referidos, são inúmeros fatores que condicionam essa situação, mas a

principal seria a ausência de investimentos na política pública educacional que favorece ainda mais o sucateamento e a precarização na educação básica.

Conforme o Censo Escolar de 2016 a população de alunos de 4 a 17 anos que estão fora da sala de aula é aproximadamente 2,8 milhões. Porém, os dados apresentados não disponibilizam o percentual de crianças e adolescentes que não estão acessando a educação básica. Este número alarmante demonstra que continuamos longe de atingir a meta de alfabetizar todas as crianças, conforme foi previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024. Este fator é determinante, pois ainda a universalização da educação continua sendo um desafio no Brasil, por lei, todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos devem estar matriculados na escola, porém essa questão continua pendente por parte da União, estados e municípios. São estes que mais precisam da educação para superar as desigualdades sociais enfrentadas no seu cotidiano, como a exclusão e a pobreza, muitos são crianças e adolescentes que enfrentam diversas dificuldades, que necessitam e tem por direito acessar, permanecer no espaço sócio-ocupacional que é a escola, automaticamente remete-nos a inclusão social a este ambiente escolar, que traz em seu contexto de trabalho questões como o respeito das diferenças o enfrentamento da exclusão social, que adquirem contornos sociais importantes na realidade. Obter a compreensão sobre quais as circunstâncias que estão vivenciando estes alunos que não acessam a educação básica possibilita a apreensão sobre suas condições.

Neste sentido, salienta-se outro aspecto a ser destacado a partir desta análise, onde incide o trabalho do Serviço Social na educação básica, com uma ampla relevância para contribuir não somente nas demandas das expressões da questão social, mas por meio da mobilização social da comunidade escolar, contribuindo no processo de democratização da educação. Desse modo, o significado da atuação do Serviço Social no espaço escolar está relacionado diretamente na intervenção das expressões da questão social, que emergem de diferentes formas na vida desses alunos, com demandas consolidadas e emergentes, que necessitam deste profissional para interpretar e analisar a realidade social ao qual estão condicionados. Nesta perspectiva, Santos (2012) refere que;

É no cotidiano da escola e da família que se apresentam as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho

infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, família multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, dentre outras manifestações. O enfrentamento destas demandas evidencia a inserção do profissional do Serviço Social, com o objetivo de cooperar para a resolução destas e de outras problemáticas que desafiam a escola, a família e a sociedade como um todo (SANTOS, 2012, p. 128).

A partir destas diferentes manifestações da Questão Social, o Serviço Social tem traçado a sua linha de atuação neste espaço sócio-ocupacional. É necessário que o (a) profissional do Serviço Social faça o desvendamento do modo e condição de vida dos sujeitos, a fim de conhecer suas realidades, só assim se poderá identificar fatores que possam contribuir com o movimento de resistência e fortalecimento destes mesmos sujeitos através de sua politização e reflexão a cerca da própria realidade, para que haja a superação destas desigualdades enfrentadas no seu cotidiano. Considerando a escola como um espaço de sociabilidade, observou-se que no ambiente escolar a Questão Social se expressa de várias formas, mais principalmente através de:

Vulnerabilidade social: compreendida com a situação em que muitos alunos e seus familiares se encontram, em que esta condição se expressa a partir dos processos de desigualdades sociais, econômicos, culturais e históricos, em que estes vivenciam em suas vidas alguns aspectos decorrentes dessa circunstância;

[...] decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p.34).

Destaca-se a vulnerabilidade social como uma das múltiplas expressões da questão social ao qual o Serviço Social intervém diretamente, porém a discussão sobre a questão da vulnerabilidade social necessita ser amplamente dialogada como uma problemática social, para que venha a possibilitar a qualificação do trabalho desenvolvido no âmbito escolar.

Violência: A violência é qualquer ato direcionado a outra pessoa, com intuito de causar danos físicos ou psicológicos, podendo ser violência simbólica, sexual, física, psicológica, patrimonial entre outras. É um fenômeno que está materializado diretamente no ambiente escolar com as mais expressivas e diferentes manifestações, vivenciados por alunos e seus familiares, o profissional assistente

social no contexto da educação básica, irá se confrontar com um leque de situações que expressam a violência.

[...] considera-se aqui o conceito de violência em uma perspectiva que abarca múltiplas dimensões. Uma delas, os casos que envolvem danos físicos que indivíduos podem cometer contra si próprios ou contra os outros. Outra dimensão é o conjunto de restrições, que se dá no plano das instituições e que impede que os indivíduos usufruam plenamente de seus direitos fundamentais, abrangendo, portanto, as modalidades da violência simbólica e institucional. A terceira dimensão corresponde às incivildades e microviolências, que costumam ser as modalidades de violência mais recorrentes e comuns no cotidiano (BRASIL, 2005, p.3).

A violência é um fenômeno que vem crescendo nas escolas, proporcionando neste contexto a atenção de todos os profissionais sobre esta problemática, pois na maioria das vezes a violência está relacionada às brigas, as discussões nas escolas, porém este assunto também está presente no modo habitual e cotidiano em que se encontram estes alunos. Por isso, esta questão impõem graves consequências para o desempenho escolar dos alunos que, diante de um contexto de atos violentos, apresenta dificuldades no processo educacional, como: falta de concentração nos estudos, reprovação, abandono escolar entre outros. Sabemos que a violência apresenta várias formas de manifestações, conforme explicitada anteriormente. Uma das expressões da violência mais banalizada na escola é “bullying”, que;

[...] se perpetua em função da assimetria de poder existente entre aqueles que são vítimas e aqueles que são agressores, baseando-se, portanto, numa relação de intimidação, o que fundamenta a não-reação diante das agressões físicas, dos gestos hostis, das ameaças, das humilhações, dos xingamentos e das difamações (BRASIL, 2005, p.9).

Percebe-se que as relações sociais na escola constituem-se como pano de fundo para a ocorrência de atos violentos. Pois alguns alunos ao vivenciar a violência em seu cotidiano acabam reproduzindo as relações de violência na escola contra seus colegas, este é um exemplo do bullying, que vem crescendo nas instituições escolares, que acaba prejudicando todos os envolvidos. Identificou-se que atuação profissional se dá posteriormente ao ato em si, existindo com isso uma grande carência no trabalho preventivo às diferentes formas de manifestação da violência enquanto fenômeno social.

Neste contexto, percebe-se a importância do trabalho do Serviço Social juntamente com os outros profissionais da educação básica, com o propósito de intervir diretamente na demanda imediata, e conseqüentemente aprofundar sua

intervenção para se chegar à essência da demanda, diante desses atendimentos basicamente são provenientes dos processos vivenciados pelos alunos e suas famílias. Com base nisso, o profissional Assistente Social deve problematizar e analisar as demandas sociais que se apresentam na educação básica juntamente com os outros profissionais, para não correr o risco de trabalhar cada demanda, com o viés de responsabilizar a família unicamente, ignorando a Questão Social como realidade concreta que fragiliza as relações vivenciadas pelos sujeitos.

De acordo com análise realizada, na educação básica o Serviço Social tem o objetivo de identificar as demandas lactantes nesta área educacional, pois é uma profissão interventiva, que com viés investigativo e crítico trabalha no âmbito da Questão Social e suas refrações sociais que rebatem não só na vida dos sujeitos, mas na vida dos/as profissionais que contemplam este espaço sócio-ocupacional que é a escola. Portanto, o trabalho realizado em conjunto com outros profissionais, proporcionará um elo maior de resistência e de luta por uma educação de qualidade.

Porém a educação contínua sua peregrinação constante para que esta seja um direito de todos, além de ser igualitária e de qualidade. Além disso, ocorre também a busca incessante para que haja a compreensão de que a educação básica é o pilar fundamental da sociedade, é que a escola é à base de construção das relações sociais. Dessa forma, a escola conforme Amaro (2011, p.15) afirma que; “[...] tornou-se ponto de encontro, de convivência social, um palco potencial à fecundação da cidadania”.

A pesquisa apontou que o âmbito escolar é um espaço de sociabilidade, enriquecedor que contribui diariamente para construção do saber, além de possibilitar a participação social ativa da população. Considerando, portanto, que este local possui um papel transformador da realidade, evidencia-se também que a luta pela educação é uma parte integrante das expressões da questão social porque traz dentro de si todo um processo de politização pelo reconhecimento e atendimento de necessidades que ingressam também nas agendas do setor público superando a exclusividade da esfera de reprodução privada.

A partir do reconhecimento da necessidade de intervenção do Serviço Social na educação básica, entende-se que a política pública de educação básica, está condicionada a promover ações de acesso e permanência na educação e pelo reconhecimento da educação pública como direito social.

O processo educacional demonstra fragilidades em diferentes questões que direcionam o seu acesso e permanência na escola, como a insuficiência no que se refere à quantidade de vagas para o atendimento dos alunos, o baixo rendimento e a precarização da educação, são questões que acabam dificultando a qualidade do ensino a todos que fazem parte deste contexto. A Política Pública de Educação Básica, infelizmente não recebe a atenção que necessita do Estado, pois este trabalho deveria ocorrer através das três dimensões gestoras: municipal, estadual e federal de forma descentralizada. Ocorre, a ausência da efetivação deste serviço entre essas três esferas, torna este procedimento cada vez mais burocrático. O brasileiro, contudo, ainda vive uma realidade em que a educação não se constitui em um direito social efetivo e universalmente garantido, um patrimônio da sociedade civil.

Nesta perspectiva com base na análise dos documentos da categoria profissional e bibliografia já produzida nesta área, identifica-se que o Serviço Social incorpora na agenda política a defesa de uma escola democrática garantidora do acesso às demais políticas públicas. Uma escola democrática que permita a constituição de sujeitos históricos críticos e criadores de novas formas de sociabilidade, fundamentando-se numa concepção crítica de homem e mundo no processo de construção de uma nova cultura e de uma nova sociedade.

Assim a escola, na mediação entre Estado e sociedade civil, é um espaço importante de atuação profissional por ser um aparelho de hegemonia fundamental no processo de organização de uma nova cultura, tendo como base ético-política princípios e valores do pensamento crítico a serem concretizados na vida em sociedade. Dessa forma, a política social de educação hoje, no interior da categoria profissional dos Assistentes Sociais, é lócus privilegiado de discussão, por isso é relevante dialogar sobre a contribuição desta categoria profissional neste espaço sócio-ocupacional que é a educação básica.

4.2 Processo de trabalho do Serviço Social na política pública da educação básica: Contribuições necessárias

O Processo de trabalho do Serviço Social é uma ação transformadora da realidade, na qual esta categoria profissional direciona a sua intervenção através dos elementos constitutivos que são compostos pela força de trabalho, os meios, os

instrumentos que contemplam este processo, direcionado a um fim, que resulta no objeto de trabalho que para o Assistente Social é a questão social.

[...] o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da equação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas (GUERRA, 2000, p.3).

O Processo de trabalho do Serviço Social na Política Pública da Educação Básica, precisa reunir competências profissionais; Santos (2013, p.25), afirma que “[...] a intervenção profissional do assistente social é constitutiva de diferentes dimensões, dentre elas, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa”; Estas dimensões vêm subsidiar a atuação profissional, a dimensão ético-política envolve planejar a ação em função dos valores e finalidades profissional, da instituição e da população que se vincula a determinada política pública, a dimensão teórico-metodológica fornece ao profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista. Ambas as dimensões se atrelam a técnico-operativa, que caracterizada pela execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real. Estas competências não podem ser compreendidas separadamente, pois estão interligadas intimamente, em uma relação de complementaridade.

Nesta perspectiva o Serviço Social na política pública de educação básica busca trabalhar a partir do subsídio das competências, contribuindo no seu processo de conhecimento das demandas sociais, que estão presentes neste espaço sócio-ocupacional. Além disso, todo esse arcabouço teórico vinculado com a prática será a base para a construção de novas estratégias de trabalho que venham a contribuir na consolidação da garantia da educação básica. Com base nisso, para que a inserção do Assistente Social nos processos de trabalho seja possível, é necessário que o profissional esteja munido de instrumentalidade, e isto ocorre quando;

Ao alterarem o cotidiano e o cotidiano das classes que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade as suas ações (GUERRA, 2000, p. 2).

Nesse sentido, os/as assistentes sociais têm o dever de transformar as condições objetivas concretas do trabalho profissional em meios pelos quais possam

realizar seus objetivos. Compreende-se que para a realização de seu trabalho o/a assistente social precisa de alguns elementos, instrumentos e técnicas que subsidiarão a ação profissional. Pode-se constatar que não há como realizar um trabalho comprometido com a população usuária sem estar debruçadas (o) sobre as três dimensões da competência profissional (teórico metodológica, ético-política e técnico operativa). A todo o momento no exercício profissional, estas três dimensões se complementam e tornam possível a realização de um trabalho qualificado para a população usuária dos serviços. Saber movimentar as três dimensões da profissão no exercício profissional é ter instrumentalidade, além disso;

[...] é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. (GUERRA, 2000, p.2)

Nesse sentido, estar munido (a) de instrumentalidade torna-se fundamental para a realização do trabalho do Serviço Social, que poderá modificar as condições objetivas e subjetivas de seu próprio trabalho. É importante ressaltar que a pesquisa identificou também que o Serviço Social inserido na educação básica, necessita ter clareza de que encontrar-se provido de instrumentalidade faz com que os profissionais em qualquer espaço sócio-ocupacional, venham apreender que este processo requer do Assistente Social uma articulação entre as três competências, pois são elas que dão suporte para os profissionais. Afinal ter instrumentalidade é a capacidade de nunca perder de vista o horizonte com o qual classe trabalhadora do Serviço Social está comprometido.

Ressalta-se também neste processo as atribuições privativas e as competências profissionais que buscam viabilizar os direitos previstos nas políticas sociais, bem como lutar pela consolidação e ampliação destes direitos. As Atribuições Privativas também são competências, porém exclusivas, decorrentes, especificamente, da formação profissional. Assim, as atribuições privativas são aquelas que se referem diretamente à profissão, como a atribuição privativa de coordenar cursos, bem como equipes de Serviço Social nas instituições públicas e privadas.

O Assistente Social tem na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), as atribuições privativas que norteiam a atuação profissional, assim sendo, se adéquam a esse contexto escolar as seguintes atribuições; Brasil (2012, p.46) Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: “I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;” entre outros.

Atuando no atendimento da tríade família, escola e comunidade, a partir das atribuições privativas o Assistente Social poderá realizar reuniões com toda a rede social em que esta inserida a educação básica, possibilitando se aproximar da realidade social destes, com o propósito de compreender e analisar suas demandas e particularidades. Além disso, fomentar a participação ativa de todos no ambiente escolar e também nos movimentos sociais como forma de buscar mais qualificação para educação brasileira, pois através da tríade poderemos dimensionar o processo educativo para além da sala de aula.

Nesse sentido, as competências expressam capacidade de responder as demandas sociais sobre determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais. Portanto, competências são aquelas ações que os (as) Assistentes Sociais podem desenvolver, embora não lhes sejam exclusivas. A Lei de Regulamentação da Profissão (8.622/1993) estabelece respectivamente nos seus artigos 4º e 5º as atribuições privativas e as competências.

As competências e atribuições profissionais não se dissociam de uma direção ético-política e sua tradução em procedimentos técnicos no cotidiano dos estabelecimentos educacionais implica necessariamente no reconhecimento das condições objetivas a partir das quais se desenvolve o trabalho profissional. Para tanto, é fundamental a apresentação dos processos que hoje mediatizam a inserção e as formas de atuação de assistentes sociais na Política de Educação e os embates presentes neste campo sócio-ocupacional (CFESS, 2012, p.35-36).

Desta forma, a pesquisa apontou que o Serviço Social vinculado à política pública de educação básica, pode contribuir no atendimento das demandas sociais, a partir do seu conhecimento sobre a realidade social, procura analisar as particularidades dos agentes do processo educativo: alunos, pais, trabalhadores da escola e representantes da comunidade. No intuito de mobilizar e articular as

relações internas, relações com os grupos familiares e com a própria comunidade, proporcionando o fortalecimento de vínculos entre todos que compõem este espaço de diálogo, troca de conhecimento, de aprendizagem, de luta e de resistência que é a escola.

De acordo com a análise realizada, na educação básica o Serviço Social tem o objetivo de contribuir para que o processo educacional corresponda aos direitos, necessidades e melhores condições de vida e de trabalho da população abarcada pela ação da escola e, assim, cumprir plenamente suas finalidades de formação e transformação social. Nesta perspectiva, o Assistente Social deve agir de forma crítica, reflexiva, política e proativa, observando os limites e as possibilidades de sua práxis transformadora dentro dos espaços educacionais. É atribuído ao profissional esclarecer e informar a tríade sobre seus direitos, mas mantendo uma apreensão instrumentalizada dos processos sociais, observando a perspectiva de totalidade e promovendo a justiça social.

Cabe ao Assistente Social buscar sempre agir politicamente no intuito de conquistar espaços para participação e controle social-democrático em prol da conquista de direitos, visando romper com a ideia de um profissional conservador meramente executivo. É fundamental que adote uma práxis reflexiva, propositiva, crítica e transformadora da realidade, concretizada mediante a denúncia constante das desigualdades, buscando assegurar direitos e ampliar espaços que permitam à classe trabalhadora movimentar-se. É essencial que haja a compreensão que este trabalho que será realizado na política pública de educação básica, não acontecerá de maneira isolada, mas sim um trabalho interdisciplinar com todos os profissionais.

4.3 O trabalho interdisciplinar no atendimento à tríade Família, Escola e Comunidade.

Neste último item do capítulo de análise da pesquisa, busca-se explanar a contribuição do trabalho interdisciplinar na educação básica, considerando atividades diferentes áreas do saber, e sendo ponto de partida para o desenvolvimento de um espaço formal de aprendizagem, possibilitando mediar à construção de conhecimentos por todos os profissionais da educação básica, que possibilite a consciência crítica da realidade, com isso;

[...] interdisciplinaridade é entendida aqui, como uma perspectiva de trabalho pedagógico que promove o diálogo de saberes, a conversa entre as diversas áreas do conhecimento e seus conteúdos, o entrelaçamento entre os diversos fios que tecem o currículo escolar, de modo a fortalecer, qualificar e contextualizar o processo de aprendizagem dos discentes em seus respectivos níveis de ensino (FORTUNATO; CONFORTIN; SILVA, 2013, p.2).

A atuação interdisciplinar vem contribuir no trabalho do Serviço Social na educação básica através da vinculação de diferentes profissionais nesta prática, possibilita agregar novos conhecimentos, e, sobretudo extrair um entendimento profundo sobre as demandas do espaço educacional, além disso, compreender os sujeitos que estão inseridos diretamente e indiretamente nesta política pública, que são aspectos importantíssimos para a postura profissional.

No que se refere às contribuições do Serviço Social neste trabalho interdisciplinar, é necessário estabelecer estratégias de enfrentamento aos diferentes aspectos que legitimam práticas de desigualdades, assim como a necessidade de articulação entre a educação básica e as demais políticas, além do trabalho com a mediação entre a tríade família, escola e comunidade, estas questões necessitam ser amplamente discutidas para que possamos de fato qualificar o trabalho e repensar o que já vem sendo desenvolvido.

A atividade interdisciplinar é uma estratégia relevante para contribuir no trabalho em conjunto com outros profissionais da área da educação básica, Silveira (2013, p.85) afirma que “perpassando as diferentes áreas do saber e sendo ponto de partida para o desenvolvimento dos diferentes conteúdos produzidos e acumulados pela sociedade”.

O trabalho interdisciplinar vem contribuir para elaboração do plano de intervenção na educação básica, proporcionando um eixo integrador de diferentes conhecimentos, que enfatizará a importância da atividade em conjunto com outros profissionais, no qual o foco dessa prática são os sujeitos que integram o espaço educacional.

Neste sentido, o Serviço Social tem no Código Ética do/a Assistente Social, os deveres e direitos que devem ser materializados e compreendidos na sua atuação, por ser este um documento norteador da categoria profissional, apresenta em seu contexto a prática interdisciplinar; Brasil (2012, p.33) afirma que “Art. 10 São deveres do/a assistente social: d- incentivar, sempre que possível, a prática interdisciplinar;”. Entende-se que é de suma importância que Serviço Social inserido

na política pública de educação básica, juntamente com os demais profissionais estejam convictos que o trabalho interdisciplinar deve ser reafirmado dentro do campo educacional. Uma atuação com o propósito de fortalecer e integrar a equipe dos/as profissionais, com o intuito de assegurar um trabalho interdisciplinar capaz de responder as demandas individuais e coletivas, criando ações de enfrentamento às desigualdades sociais presentes no âmbito da educação básica, é fundamental para os processos de desvendamento da realidade.

A atuação interdisciplinar, incluindo nas equipes das escolas o profissional do Serviço Social, pode ser decisiva para a superação de problemas socioeducacionais contemporâneos porque o assistente social, por meio de sua prática, amplia, contribui e está comprometido com a democracia e o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos (SANTOS, 2012, p131).

O trabalho interdisciplinar será a base para a construção de planejamentos acerca das demandas da educação básica, ao qual requerem diálogos sobre pontos de vista diferentes, cooperação e decisões que decorram de posturas éticas e políticas, tendo como subsidio dessa intervenção a tríade. De acordo com a análise realizada, o trabalho interdisciplinar na educação básica, vem agregar novos conhecimentos no processo educativo, proporcionando uma nova dinâmica na metodologia aplicada, além de possibilitar a integração do Serviço Social no núcleo de profissionais.

A inserção do assistente social na equipe interdisciplinar da escola ocorre, portanto, como um adicional importante, podendo contribuir com seus conhecimentos e práticas. Nas reuniões pedagógicas por exemplo, em que se reúnem os membros de equipe diretiva, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e professores para discutir as problemáticas e elaborar projetos pedagógicos, o assistente social pode participar como elemento integrador, trazendo propostas baseadas em seu conhecimento sobre a realidade das famílias e dos educandos (SANTOS, 2012, p.133).

Sendo assim, a pesquisa ressalta a relevância que o trabalho interdisciplinar vem proporcionar a educação básica, procurando romper com posturas tradicionais de ensino, e buscando potencializar o ambiente escolar através das trocas de saberes, além de oportunizar o diálogo sobre a realidade social, política, econômica e cultural, busca a partir das interlocuções melhores estratégias de intervenção as demandas no âmbito escolar.

Segundo PRATES:

“[...] reconhecemos que nenhuma área pode sozinha, dar conta da complexidade destes fenômenos e, apesar de ainda as áreas do saber

estarem estruturalmente fragmentadas, caminhamos para a unidade na interdisciplinaridade. Isso não significa, em hipótese alguma, que as áreas percam sua identidade ou não tenham suas particularidades, mas sim que reconheçam a unidade dos sujeitos, dos fenômenos, da sociedade, que não podem ser tratados de forma efetiva, a não ser como totalidades, como unidades dialéticas. Portanto, quanto mais alongado este olhar que os desvenda e planejados de modo integrado os processos interventivos, que, ressalte-se, não podem prescindir da participação concreta dos sujeitos usuários, maior alcance social e efetividade, sem dúvida, lograrão". (PRATES, 2007, p. 222)

De acordo com a análise realizada, no campo da educação básica, é de suma importância que os profissionais que constituem o quadro técnico profissional do âmbito escolar, estejam cientes que os desafios que se estabelecem para a instituição escolar na contemporaneidade têm exigido uma maior abertura a outras áreas do conhecimento, bem como a sua articulação extramuros, envolvendo as famílias dos alunos, a escola e a comunidade, em uma dada realidade, visto a atuar conjuntamente frente diversas situações presentes em seu contexto.

A resolução das problemáticas sociais que chegam ao contexto escolar e demandam por ações conjuntas e eficazes, requer, especialmente dos profissionais do Serviço Social, a busca de estratégias que assegurem o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favoreçam a relação família-escola-comunidade, ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; oportunizem a ampliação da visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionem a articulação entre educação e as demais política sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (SANTOS, 2012, p.129 apud MARTINS, 1999, p. 60).

A pesquisa apontou ainda que a prática interdisciplinar vem acrescentar no trabalho de mediação entre a tríade, sendo essa uma tarefa primordial de articulação com os três pilares fundamentais da base referencial do saber. Nesse sentido, busca-se estreitar os vínculos destes com a instituição educacional e reforçar a relevância para que este processo seja desenvolvido, no intuito de entender a necessidade de cada parte, juntando-as, a fim de reconhecer que a população demandatária dessa política pública, possui em seu contexto histórico particularidades em comum. Com base nisso, a interdisciplinaridade constitui-se em um processo contínuo e interminável de elaboração do conhecimento e da prática profissional, orientada por uma atitude crítica de análise da realidade dos problemas, das contradições e possibilidades de superá-los.

Através das mediações os agentes profissionais vão imprimindo a direção à sua prática, vão expressando ou não, a contrariedade das formas sociais estabelecidas, decodificando o aparente ou imediato, ou contribuindo no encobrimento da realidade – enquanto movimento histórico de luta e interesses (FAUSTINI, 1995, p.56).

A mediação entre esses três eixos vem possibilitar ao Serviço Social e também aos demais profissionais da educação básica, maior compreensão do entorno da escola e dos desafios a serem enfrentados para que a comunidade escolar possa avançar nas suas conquistas para uma educação de qualidade, igualitária em vista a realização de sua universalização. Conhecendo a fundo as demandas sociais e ampliando o diálogo entre os distintos segmentos que compõem a comunidade escolar. Busca-se proporcionar a participação social destes nos conselhos, nas reuniões, nos fóruns entre outros locais, pois é imprescindível que a sociedade como um todo esteja ciente da relevância do Serviço Social no trabalho interdisciplinar.

É importante ressaltar que a escola vai ser um ambiente muito mais qualificado a partir da inserção do Assistente Social, sendo este um profissional que contribuirá para a efetivação do direito à educação por meio de ações que promovam o acesso à permanência da população na escola, assim como a qualidade dos serviços no sistema educacional. Assim, demonstra-se a relevância das contribuições do Assistente Social na educação giram em torno, de ações de inclusão social de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos, para que, juntos, possam trabalhar com a educação, com a consciência, com a oportunidade de que as pessoas tornem-se sujeitos de sua própria história, buscando a promoção da democracia através da abertura de espaços de participação e envolvimento na realidade escolar.

Sendo assim, compreende-se que a atuação do Assistente Social no contexto escolar tem por objetivo contribuir para a efetivação de uma Gestão Escolar, que seja de fato plena e atenda o aluno na sua integralidade, tendo como base fundamental a mediação entre as três categorias centrais na educação básica, reforçando a participação ativa de todos na educação. Trabalhando com articulação das outras políticas setoriais, como a assistência e a saúde, compreendendo a política educacional como uma totalidade, desta maneira junto com os demais profissionais vai atuar na luta pela garantia do direito e sua permanência na escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar a necessidade da intervenção desse profissional nesta política pública, pois nesse âmbito se apresentam várias expressões da questão social conforme foram identificadas ao longo do estudo. Sendo assim, o Serviço Social inserido neste espaço sócio-ocupacional junto com outros profissionais contribuirá para o trabalho interdisciplinar.

Destaca-se aqui que apesar do trabalho do Serviço Social na educação se fazer presente desde o surgimento dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão, este espaço ainda é novo na realidade do Assistente Social. Sendo assim, percebeu-se na pesquisa que a inserção do Serviço Social na educação básica se dá a passos lentos, em que a maior dificuldade se encontra na compreensão do papel do Assistente Social, além do agir profissional em conjunto com o trabalho interdisciplinar. Neste sentido é necessário que a categoria profissional continue trabalhando no sentido de desenvolver estratégias para superar esta contradição no âmbito educacional.

A pesquisa buscou ampliar, universalizar, propor e discutir as contribuições do trabalho do Serviço Social na política pública de educação básica brasileira. Para isso, percorreu a política de educação básica brasileira desde o período que antecede a Constituição Federal de 1988, buscando entender sua historicidade, totalidade e contradições, levando em conta suas possibilidades, seus processos em diferentes períodos, até o momento em que se tornou um direito social universal com a Constituição Federal de 1988.

Porém como foi retratado ao longo do estudo a universalização da educação está muito longe de se tornar um direito social de todos, o acesso e permanência neste espaço educacional está cada vez mais precarizado, a realidade das escolas apresenta muitos problemas sociais que desafiam para a inserção no ambiente educacional. Por isso, é relevante destacar o trabalho do Serviço Social na política pública de educação básica, considerando que esta categoria profissional pode intervir diretamente nas múltiplas expressões da Questão Social, com análise crítica da realidade para superar as contradições presentes no cotidiano interno e externo da escola.

Todavia, a educação básica é um lócus privilegiado para o trabalho do assistente social, visto que é uma das instituições sociais que atua na formação

humana. É importante destacar aqui que o trabalho interdisciplinar no âmbito educacional, vem agregar ao processo de conhecimento da política pública de educação e das demandas sociais um arcabouço de diferentes saberes, que contribuirão nas atividades educacionais. Desta forma, em relação ao eixo do processo de democratização da educação, é importante potencializar ações entre a tríade família, escola e comunidade que visem mobilizar organizações dos sujeitos coletivos, com intuito de ampliar a representação das bases de legitimação de um projeto de educação igualitária, de qualidade e universal, é notório que os espaços de participação popular existentes nas instituições públicas, no caso da educação, os conselhos de escolas e os grêmios estudantis, devem fortalecer sua participação efetiva nessas instâncias de poder decisório.

Particularmente no contexto contemporâneo, a luta por uma educação igualitária e de qualidade continua se fazendo presente, através dos movimentos de resistência não somente por parte da categoria profissional dos professores, mas também por intermédio por próprios alunos que estão vislumbrando a precarização em que se encontra atualmente o sistema educacional brasileiro. Diante disso, necessita-se haver novos profissionais inseridos na política pública de educação básica, no propósito de buscar novas estratégias para que seja garantido o direito social de educação a todos, pois se voltarmos nosso olhar ao passado, a luta era para tornar a educação um direito social, perante as mudanças constitucionais conseguimos que esse movimento fosse conquistado, porém hoje a luta é para que esse direito venha a ser garantido a todos de forma universal.

Nessa ótica, a ampliação da atuação profissional no espaço da escola converte-se em mais um dos desafios no sentido de valorizá-lo como aparelho fundamental para a organização da cultura no espectro dos direitos. São espaços institucionais contraditórios e dinâmicos que podem ser direcionados de forma que permitam a formação de sujeitos individuais e coletivos numa perspectiva de protagonismo, emancipação e autonomia. Neste sentido o Serviço Social utilizando-se de seus conhecimentos teóricos, metodológicos, éticos e políticos, busca construir a relação de diálogo mútuo entre a tríade, com o propósito de realizar o processo educativo de cada sujeito envolvido, resguardando suas particularidades e especificidades.

O Serviço Social através da articulação com outros profissionais inseridos na educação básica, busca a ampliação do conhecimento crítico sobre a realidade

social, em que estes venham a desempenhar um papel estratégico na luta por uma educação pública de acesso e permanência de todos neste espaço público. O trabalho do Serviço Social na educação básica vem socializar experiências nessa área e propiciar debates e ações coletivas que fortaleçam o posicionamento da categoria profissional nesse espaço sócio-ocupacional.

Um aspecto preponderante para o fortalecimento desse espaço ocupacional foi à reconstrução do sentido teórico-prático das políticas sociais, como locus privilegiado da ação profissional. As discussões dentro da categoria têm se dado no sentido de pensar a inserção do Assistente Social nesse espaço não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma objetivação do compromisso político-profissional em relação às estratégias de luta pela construção histórica da cidadania e da defesa e ampliação de direitos sociais no processo de democratização das relações, tendo como substrato o projeto ético-político da categoria organicamente vinculado a um projeto societário voltado à construção de uma nova sociedade em articulação com os movimentos sociais e categorias profissionais que partilham dos mesmos princípios, subsidiados pelo conjunto CFESS/CRESS.

Assim, reafirma-se a educação básica, enquanto política pública universalizada e de qualidade, na qual o Serviço Social brasileiro se insere ainda que em determinadas regiões com certa ênfase. Assim a escola, na mediação entre Estado e sociedade civil, é um espaço importante de atuação profissional por ser um aparelho de hegemonia fundamental no processo de organização de uma nova cultura, tendo como base ético-política princípios e valores do pensamento crítico a serem concretizados na vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional** / Sarita Amaro. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf> > Acesso em: 18 de junho de 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)].

Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. -[Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB [recurso eletrônico]: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 14. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. B823 **Educação, sociedade e trabalho: abordagem sociológica da educação** / Ricardo Gonçalves Pacheco e Erasto Fortes Mendonça. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**: bases legais. Brasília: MEC, 2000.
Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> >. Acesso em: 10 de Julho de 2017.

_____. **Censo Escolar 2016 – Notas Estatísticas**. Brasília-DF | Fevereiro de 2017. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf >. Acesso em: 10 de Outubro de 2017.

_____. **Debate: violência, mediação e convivência na escola**. Brasília - DF, Novembro de 2005.

_____. **PNAS/SUAS**, 2004.

_____. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

_____. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BULLA, L. C. **O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 3-22. jan./jun. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Cartilha Trabalho E Projeto Profissional Nas Políticas Sociais: **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. CFESS, 2012.

DOURADO, L F. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Educ.Soc., Campinas, vol28, n.100 – Especial p.921-946, out. 2007.

ESPINDOLA, A. A. S. **Limites e Possibilidades do Planejamento Interdisciplinar na Educação Integral**. Florianópolis, 2013.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **Prática do serviço social: o desafio da construção** / Márcia Salete Arruda Faustini. – Porto Alegre: EDIPUCRS,1995.

FORTUNATO, Raquel; CONFORTIN, Renata; SILVA, Rochele Tondello da. Artigo: **Interdisciplinaridade nas escoas de Educação Básica: da retórica à efetiva ação pedagógica**. Revista de Educação do Ideau. Vol.8 – nº17- Janeiro-Junho 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir .**Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 1983.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

_____, Antônio Carlos, 1946 - **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - São Paulo: Atlas, 1987.

GUERRA, Yolanda. **Análise dos Dados da Pesquisa sobre o Estado da Arte da Implementação das Novas Diretrizes Curriculares. Oficina descentralizada de ABEPSS “10 Anos de diretrizes curriculares – um balanço necessário”**. MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2006. Texto mimeo.

_____, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 62, São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** – 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez : CELATS, 1996.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANÇA Angelita Márcia Carreira Gandolfi. **Serviço social e educação: interfaces de uma atuação política** / Angelita Márcia Carreira Gandolfi Lança. – Franca : [s.n.], 2012, 183 f.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. 5 Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

LOPES, Aline Caldas; ANDRADE, Daniela Lopes de; CONCEIÇÃO, Maria Miguelina Lopes da. **Serviço Social na área da Educação**.III Jornada de Serviço Social – Universidade Federal do Pará São Luís – MA, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação** / Maria Lúcia Martinelli. – 10. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994. SORIANO, Raúl Rojas. Manual de pesquisa social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois**. Rev. Serviço Social e Sociedade, nº. 84. São Paulo: Cortez, 2005, p.05-21.

PRATES, Jane Cruz. **A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 221-232. jul./dez. 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8 edição – Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Cláudia Mônica Dos. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social**. In: Revista Conexão Geraes. A Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social. CRESS, Minas Gerais, 2013.

SANTOS, Nelma Souza dos. **Serviço Social e Educação: Contribuições do Assistente Social na Escola**. Vivências. Revista Eletrônica de Extensão da Uri. Vol.8, N.15: p.124-134, Outubro/2012.

SILVEIRA, Silvia Regina. **O trabalho do assistente social na política pública de educação básica na região metropolitana de Porto Alegre** / Silvia Regina Silveira. – Porto Alegre, 2013.

TOKARNIA, Mariana – **Censo Escolar: 3 milhões de alunos entre 4 e 17 anos estão fora da escola**. Agência Brasil, Brasília – DF, 27/03/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/censo-escolar-3-milhoes-de-alunos-entre-4-e-17-anos-estao-fora-da-escola> Acesso em 14 de Setembro de 2017.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. Serviço Social – **Metodologia da Prática Dialética** / Maria da Graça Maurer Gomes Türck. – Porto Alegre: GRATURCK, 2012. 136 p.: il.